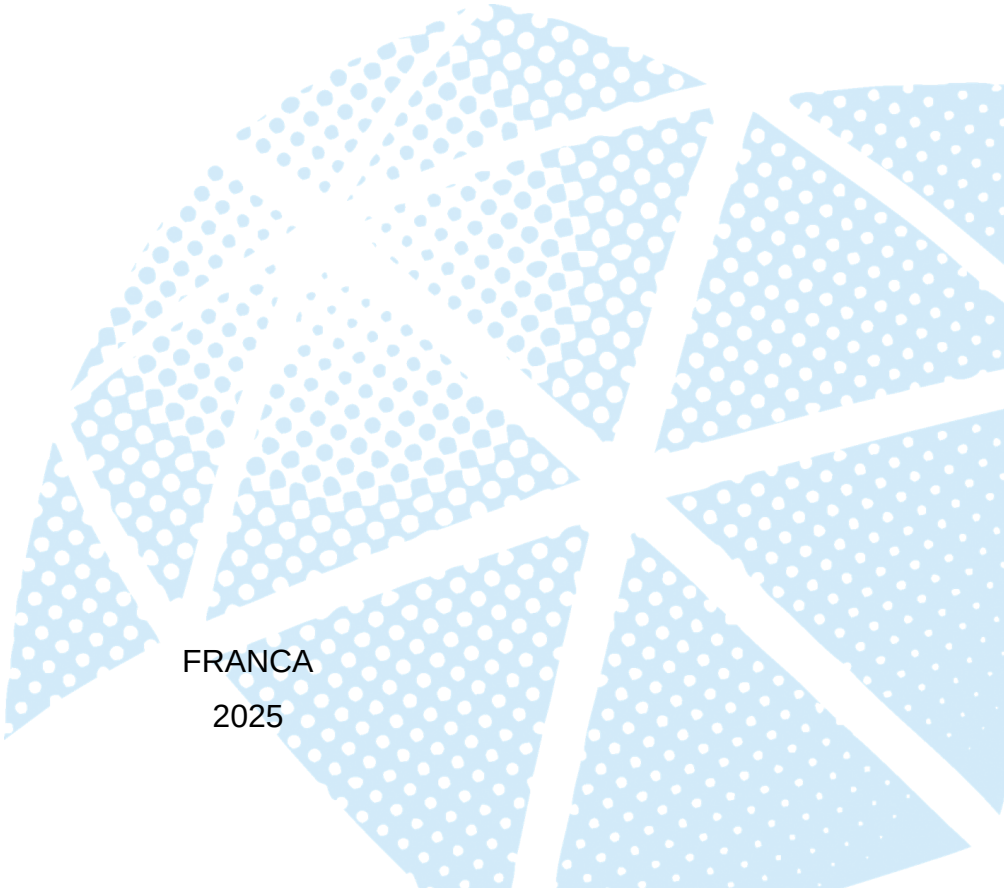


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CAMPUS FRANCA

ANA CRISTINA DE CARVALHO SALES TOLEDO

**OLHARES E SABERES NOS CAMINHOS DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PAIF.**



FRANCA
2025

ANA CRISTINA DE CARVALHO SALES TOLEDO

**OLHARES E SABERES NOS CAMINHOS DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PAIF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Adriana Giaqueto Jacinto

FRANCA

2025

T649o

Toledo, Ana Cristina de Carvalho Sales

Olhares e saberes nos caminhos da dimensão educativa no serviço social e educação popular no âmbito do PAIF / Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo. -- Franca, 2025

68 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

1. Trabalho Profissional. 2. Dimensão Educativa. 3. Serviço Social.
4. Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF). I. Título.

ANA CRISTINA DE CARVALHO SALES TOLEDO

**Olhares e saberes nos caminhos da dimensão educativa no Serviço Social e
Educação Popular no âmbito do PAIF**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca/SP, para obtenção do título de Grau acadêmico Mestre(a) em Serviço Social

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Data da defesa: 10/07/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Campus Franca SP

Prof. Dra. Nayara Hakime Dutra
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Campus Franca SP

Prof. Dra. Lilia Christina de Oliveira
Instituição Toledo de Ensino
Centro Universitário Bauru - FSS

Prof. Dra. Camila Roberta Muniz Serra Maiello
Instituição Toledo de Ensino
Centro Universitário Bauru - FSS

Dedico este trabalho às minhas filhas
Marília e Maria Clara e a minha mãe
Verônica Carvalho por todos os dias,
noites e madrugadas em que estiveram
comigo neste percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todas as companheiras/os de trabalho que lutam incessantemente todos os dias para a efetivação da Política Pública de Assistência Social, que mesmo diante de todos os desafios se mantem firmes por acreditarem que podemos ter uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igual.

Não quero aqui mencionar nomes para não correr o risco de injustamente me esquecer de alguém...

Mas preciso que saibam que sou imensamente grata pelo apoio ainda na elaboração do projeto, durante a formação, nas correrias das viagens, nos acertos e substituições no trabalho, durante o período de pesquisa,

Agradeço por acreditarem na minha proposta, por participarem de cada momento do processo. Processo esse que podemos dizer que foi realmente construído coletivamente, pois não teria conseguido se não fossem vocês com essa rede de apoio com a qual me abraçaram todos esses anos.

Não poderia deixar de mencionar e agradecer minha orientadora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, que esteve comigo a todo instante e de fato me segurou pelas mãos nos momentos mais difíceis.

Também aos colegas de curso pela acolhida, amizade e aprendizado.

Enfim, minhas palavras são de gratidão a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram e chegaram comigo até aqui.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”
(Paulo Freire)*

RESUMO

A presente pesquisa, realizada em Bauru/SP, município de grande porte do interior paulista, teve como objetivo analisar a dimensão educativa no processo de trabalho do/a assistente social nas ações coletivas do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), no contexto da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social. Partiu-se do pressuposto de que tal dimensão é inerente ao trabalho profissional do/a Assistente Social, constituindo-se como prática pedagógica, social e política voltada à emancipação e à autonomia dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Trata-se de pesquisa fundamentada no materialismo histórico-dialético, adotando-se abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e de campo. Os dados empíricos foram coletados por meio da técnica de grupo focal, realizada com seis assistentes sociais de referência das ações coletivas do PAIF, atuantes em cinco CRAS do município, que participaram por adesão voluntária. A análise foi estruturada sob uma perspectiva crítica e emancipatória, com base na educação popular e nos aportes teóricos de Paulo Freire, revelando avanços e desafios na incorporação da dimensão educativa no cotidiano das ações coletivas. Identificaram-se práticas voltadas ao diálogo e à participação, embora persistam limites institucionais, escassez de formação continuada e tensionamentos ideológicos. **Conclui-se que a educação popular se configura como uma referência teórico-metodológica pertinente e necessária ao fortalecimento da dimensão educativa no exercício profissional do/a assistente social no âmbito do PAIF.** Sua incorporação potencializa a construção de práticas críticas e dialógicas, comprometidas com a autonomia dos sujeitos e com a transformação das relações sociais que sustentam a reprodução das desigualdades estruturais no interior do modo de produção capitalista vivenciadas cotidianamente pelas famílias em situação de vulnerabilidades, reafirmando o papel do PAIF como espaço estratégico de intervenção emancipadora no contexto da proteção social básica

Palavras chaves: Trabalho Profissional; Dimensão Educativa; Serviço Social; Serviço de Proteção Integral à família (PAIF).

ABSTRACT

The present research, conducted in Bauru/SP, a large city in the interior of São Paulo, aimed to analyze the educational dimension in the work process of social workers in the collective actions of Integral Family Protection Service (IFPS), in the context of Basic Social Protection of the Social Assistance Policy. It assumed that this dimension is inherent to the professional work of social workers, constituting a pedagogical, social, and political practice aimed at the emancipation and autonomy of individuals in situations of vulnerability. This is research based on historical-dialectical materialism, using a qualitative approach, with bibliographic, documentary, and field procedures. The empirical data were collected through the focus group technique, conducted with six reference social workers of the collective actions of IFPS, working in five CRAS in the municipality, who participated voluntarily. The analysis was structured from a critical and emancipatory perspective, based on popular education and the theoretical contributions of Paulo Freire, revealing advances and challenges in incorporating the educational dimension into the daily practices of collective actions. Practices aimed at dialogue and participation were identified, although institutional limits, a scarcity of ongoing training, and ideological tensions persist. It is concluded that popular education serves as a relevant and necessary theoretical-methodological reference for strengthening the educational dimension in the professional practice of social workers within the scope of IFPS. Its incorporation enhances the construction of critical and dialogical practices, committed to the autonomy of individuals and to the transformation of social relations that sustain the reproduction of structural inequalities within the capitalist mode of production experienced daily by families in vulnerable situations, reaffirming the role of IFPS as a strategic space for emancipatory intervention in the context of basic social protection.

Keywords: Professional Work; Educational Dimension; Social Service; Integral Family Protection Service (IFPS).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
2.1 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	28
2.2 TERRITÓRIO E FAMÍLIA; ESPAÇOS DE PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO SOCIAL.....	31
3. TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	38
3.1 PERFIS PEDAGÓGICOS (AJUDA, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.....	44
3.2 DILEMAS CONTEMPORÂNEOS: FAMILISMO E CONSERVADORISMO.....	46
4. DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL - PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA.....	51
4.1 TRABALHO PROFISSIONAL NO PAIF.....	52
4.2 EDUCAÇÃO POPULAR COMO POSSIBILIDADE INTERVENTIVA, DIALÓGICA-EMANCIPATÓRIA NAS AÇÕES COLETIVAS DO PAIF - CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE.....	55
5. ENTRE OLHARES E SABERES: PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS.....	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
7. REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social juntamente com a Previdência e Saúde passam a compor o tripé da Seguridade Social, sacramentando-se como “dever do Estado e direito do cidadão”.

Em 1993 foi promulgada a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) trazendo consigo nova concepção para a política de assistência social voltando-se para a perspectiva de política pública de Proteção Social, evidenciando a garantia dos direitos sociais sob a responsabilidade e vigilância do Estado.

No ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) instituiu o Sistema Único de Assistência Social, sendo este regulamentado em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, a qual alterou dispositivos da Lei nº 8.742/93 – (LOAS) e garantiu no ordenamento jurídico brasileiro inúmeras conquistas efetivadas ao longo desses anos.

Dentre elas destacam-se: atuação do Estado na provisão de serviços, benefícios, programas e projetos; o cofinanciamento nas três esferas de governo; o repasse por pisos de proteção, primando pela oferta regular e não mais pela quantidade e capacidade de atendimento; a transferência automática fundo a fundo dos recursos; o pacto de aprimoramento de Gestão do SUAS e instituição do REDE SUAS (ferramenta imprescindível para o planejamento e tomada de decisões);

Desde então, vários foram os avanços no que tange aos amparos legais que fundamentam os princípios e funcionamento do SUAS tais como a NOB SUAS, a NOB SUAS/ RH, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como as Orientações Técnicas específicas de cada serviço.

Os/As assistentes sociais desempenham papel social essencial nesta política pública visto serem profissionais que atuam diretamente com a população usuária dos serviços, recebem as demandas oriundas das mais diversas desproteções diante da escassez de recursos e condições de trabalho. São executores de uma profissão que em seu âmago vivencia desde sua gênese a ambiguidade entre a manutenção do capital diante do que lhe é requisitado e a garantia de direitos sociais.

Tais circunstâncias têm exigido dos profissionais assistentes sociais constante busca pelo conhecimento e mediações entre teoria e prática numa perspectiva crítica e de totalidade ancorada nos preceitos do Projeto Ético Político do Serviço Social, já

que nem mesmo todos os avanços conquistados foram e estão sendo capazes de romper com os resquícios advindos da origem da própria profissão resultante da hegemonia ideológica do capital, impulsionando cotidianamente um processo de enfrentamento contraditório quase que desigual, entre o fazer profissional e os dilemas impostos sob a forma do aligeiramento da formação, da precarização do trabalho, do imediatismo, e determinações impostas pelo capital e pelo neoconservadorismo crescente nas relações sociais e de trabalho

Diante do exposto destaca-se que a indagação propulsora desta pesquisa se deu primeiramente como integrante de equipe de referência no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e posteriormente atuando na gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) mediante a observância e a preocupação com o trabalho profissional do/a assistente social nas ações coletivas do PAIF (Serviço de Proteção Integral à Família), ora apresentado numa perspectiva dialógica, participativa, com construção coletiva, ora com condutas, por vezes não intencionais, mas que expressavam práticas de cunho conservador, fragmentado e focalizado.

Sob tal prisma, **levantou-se o questionamento acerca das metodologias,** ações, estratégias e instrumentais técnico-operativos adotados pelos/as assistentes sociais no trabalho social com famílias voltadas à proteção e garantia dos direitos sociais, bem como o interesse em investigar a apreensão das bases teórico metodológicas que os/as assistentes sociais dispõem sobre a dimensão educativa do serviço social suas aproximações com a educação popular e sua utilização no desenvolvimento das ações coletivas.

Tal inquietação adquire relevo na medida em que o trabalho social desenvolvido no âmbito do PAIF fundamenta-se na valorização da heterogeneidade dos arranjos familiares, ancorando-se em propostas conceituais e metodológicas comprometidas com referenciais teórico-críticos voltados à promoção da autonomia, da liberdade e da superação das condições de exploração e opressão que atravessam a vida dos sujeitos usuários das políticas sociais.

Deste modo, pretendeu-se no decorrer do trabalho revisitar os referenciais teóricos que instituíram o Serviço Social, a Política Nacional de Assistência Social, as base estruturantes do Sistema Único de Assistência Social e compreender o processo de trabalho vivenciado pelos assistentes sociais do SUAS no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção Integral às Famílias) nas ações coletivas, com vistas a contribuir para o

aprimoramento da instrumentalidade do Serviço Social e o alargamento do universo da proteção social através dos serviços públicos prestados à população.

A metodologia adotada no presente trabalho deu-se a partir de estudo exploratório de natureza qualitativa com pesquisa bibliográfica, documental e de campo com coleta de dados através de grupo focal.

O percurso metodológico realizado teve como base a perspectiva dialética crítica, pois procurou-se compreender o contexto sócio-histórico, aspectos descritivos e percepções pessoais vivenciados pelos sujeitos pesquisados, na realidade em constante movimento, transformação e desenvolvimento.¹

Minayo (2006) afirma que os pesquisadores são dialeticamente, autores e frutos de seu contexto histórico, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância de relativizar suas impressões através da análise de dados.

Prates (2003) ressalta que na pesquisa qualitativa o pesquisador se coloca consciente diante de uma realidade da qual faz parte e pela qual é necessariamente influenciado. Tem a sensação do ponto no universo pequeno diante da complexidade do real, e grande diante da possibilidade do seu desvendamento.

Martinelli (2008) salienta que a abordagem qualitativa em interação com a quantitativa traz um olhar rigoroso, proporciona desvendamento crítico da realidade em análise, possibilita intervenção mais qualificada, já que todas as palavras são portadoras de ideias, são plenas de significados que não se revelam por si só.

Albuquerque; Almeida; Santos (2013) afirmam que a investigação qualitativa se constitui como um instrumento primordial da ação profissional, aliando dois processos importantes: a) sistematização do conhecimento para a construção de novo conhecimento e; b) um saber interativo, vivido e refletido, que implica e potência a relação com o objeto de estudo.

Deste modo entendeu-se que a abordagem qualitativa era o melhor caminho a ser seguido nesta pesquisa ao permitir introduzir a percepção e os significados atribuídos pelos sujeitos a si mesmos, às suas vivências e aos seus contextos em consonância com a intencionalidade inicial. Tal escolha se deu mediante a complexidade e a riqueza de detalhes que poderiam se perder na amplitude das experiências e percepções dos sujeitos frente ao objeto e objetivos propostos.

¹ Método com base no materialismo histórico dialético de Karl Marx.

Quanto às pesquisas bibliográfica e documental possibilitaram levantamento de referências em livros e artigos científicos, bem como a exploração de documentos e/ou relatórios oficiais como Registro Mensal de Atividades (RMA)², Censo SUAS³, além de relatórios descritivos mensais, que permitiram explorar uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2008).

Realizou-se, ainda, pesquisa de campo considerando que poderia garantir maior proximidade entre os conhecimentos acerca do objeto de pesquisa e dos fenômenos como ocorrem espontaneamente, com a possibilidade de se descobrir novos fenômenos a partir da coleta de dados da realidade tal qual como ela se apresenta aos sujeitos. (Marconi e Lakatos, 2003).

Para a recolha de dados adotou-se a estratégia de grupo focal, visto o caráter crítico, participativo e reflexivo que se esperou do objeto e objetivos da pesquisa.

[...] é imprescindível salientar que o grupo focal pode, então, ser conceituado como uma técnica de investigação que tem por finalidade precípua obter informações de natureza descritiva, oriundas da interação entre os participantes de um determinado grupo, durante a realização de um debate sobre assunto de interesse do pesquisador. (Cordeiro; Cunha; Oliveira; Saad, 2020, p.12).

Gatti (2005) complementa ao afirmar que o grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos educacionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados, que, com outros meios poderiam ser difíceis de se manifestar.

Assim, obteve-se com esta metodologia maior interação entre pesquisadora e sujeitos pesquisados de forma dinâmica e democrática, favorecendo resultados de impacto na realidade vivenciada, visto que esta técnica permite segundo Gaskell (2008) estímulo à participação, à fala e a reação àquilo que as outras pessoas dizem e ao desenvolvimento de uma identidade compartilhada.

² Registro Mensal de Atendimento (RMA) – é um sistema informatizado onde são registradas informações sobre atendimentos realizados nos equipamentos do SUAS como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

³ Censo SUAS – é sistema informatizado monitoramento eletrônico das principais ações da Política de Assistência Social no Município. Deve ser preenchido pelos Secretarias e Conselhos Municipais e Estaduais.

Como tratou-se de estratégia com a finalidade precípua de coletar informações a partir de diálogo e debate entre pessoas envolvidas com o objeto da pesquisa, participaram por adesão voluntária da pesquisa (06) seis assistentes sociais de referência das ações coletivas do PAIF, atuantes em (05) cinco unidades de CRAS dos 09 (nove) existentes no município de Bauru/SP.

A princípio foi disponibilizado convite a todos os/as assistentes sociais lotados nos referidos CRAS para que manifestassem interesse em participar da pesquisa, sendo cientificados sobre a possibilidade de realização de sorteio caso o número de interessados ultrapassasse o recomendado para execução da técnica (variação de 6 a 15 pessoas) de acordo com as literaturas aqui apresentadas.

A opção pela realização da pesquisa com assistentes sociais dos CRAS do município de Bauru/SP foi intencional, indo além da apreensão da realidade, vindo em resposta a questionamentos e inquietações que surgiram ainda enquanto a pesquisadora atuava na execução do PAIF e na gestão do Departamento da Proteção Social Básica, diz respeito a sentimentos de pertença e de vivências profissionais que moveram e movem para busca do aprimoramento do trabalho profissional numa vertente pedagógica, democrática e livre.

Ressalta-se que a presente pesquisa foi submetida para análise com parecer favorável sem ressalvas do Comitê de Ética e os participantes foram orientados quantos aos objetivos, metodologia, riscos, benefícios e seus direitos, e em concordância assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme legislação brasileira (Resoluções 466/12 e 516/16 do Conselho Nacional de Saúde).

Realizou-se um único encontro com o grupo onde foram discutidas coletivamente aspectos conceituais sobre trabalho profissional, dimensão educativa do Serviço Social, ações coletivas como fator de proteção social e educação popular. O mesmo foi gravado para que os detalhes fossem coletados com maior profundidade e veracidade.

Algumas reflexões foram propostas acerca das implicações do conservadorismo na busca pela garantia dos direitos sociais.

No decorrer da discussão deixamos os participantes bastante à vontade para apresentarem os principais desafios enfrentados pelos profissionais do PAIF na realização do trabalho social com famílias nas ações coletivas.

Na ocasião enfatizou-se o papel da pesquisadora enquanto também sujeito da pesquisa e não como gestora da Política de Assistência Social no município com intuito de minimizarmos ao máximo riscos quanto a timidez, preocupação ao falar, omissão de informações relevantes, garantindo total sigilo ético e respeito aos posicionamentos dos demais pesquisados, o que de fato transcorreu tranquilamente, sem constrangimentos ou inquietações.

Foram mobilizados a compartilhar as ações, estratégias e instrumentais adotados pelos profissionais dos CRAS nas ações coletivas do PAIF, bem como as concepções sobre dimensão educativa do serviço social e educação popular.

A intenção foi proporcionar coletivamente reflexão sobre suas vivências e como sujeitos coletivos estabelecerem novas apreensões e práticas, repensando a atuação profissional sob os aspectos pedagógicos, dialógicos e políticos.

Para a realização do grupo foi preparado local acolhedor, privativo, livre de interferências externas. A pesquisadora ficou atenta às expressões verbais e não verbais dos participantes, cuidando para manter o foco no assunto a ser tratado, aceitando e propondo interrupções para que a discussão fosse democrática e espontânea.

A análise e interpretação de dados deu-se por meio de observações efetuadas sobre as falas e percepções expostas pelos participantes da pesquisa com base nos referenciais teóricos.

Todas as impressões e análise dispostas nesta pesquisa foram pautadas no Código de Ética Profissional do Assistente Social, respeitando-se o sigilo e identidade dos participantes.

A devolutiva ocorrerá através de reunião com equipes do PAIF e gestão na Secretaria de Assistência Social de Bauru/SP e o impacto esperado é que essa pesquisa contribua com discussões no campo acadêmico e profissional no que tange ao aprimoramento das ações coletivas no âmbito do PAIF com foco na convivência familiar e comunitária, contribuindo para propiciar à população atendida alargamento da proteção social de forma mais dialógica, democrática, participativa e com maior amplitude na garantia dos direitos sociais.

Quanto a formatação escrita da dissertação constituiu-se de: **1.Introdução** onde apresentou-se os aspectos gerais da pesquisa tais como: justificativa, objetivos gerais e específicos, a metodologia adotada, e a estrutura definida; **Capítulo 2** no

qual discutiu-se sobre a Política de Assistência Social no Brasil, a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Território e Família enquanto espaços de proteção e desproteção social, as desigualdades vivenciadas pelas famílias neste contexto e o Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF); **Capítulo 3** o qual houve apresentação do trabalho profissional do/a Assistente Social, os perfis pedagógicos e os dilemas contemporâneos (familismo e conservadorismo); **Capítulo 4** discutiu-se sobre a dimensão educativa do Serviço Social, suas bases constitutivas, a perspectiva Emancipatória e as contribuições da Educação Popular - Paulo Freire - nas ações coletivas do PAIF; **Capítulo 5** apresentou-se as perspectivas dos sujeitos diante da temática discutida; por fim concluiu-se com as **Considerações Finais** e Referências **Bibliográficas**.

2. POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A política de assistência social no Brasil passou por diversos processos históricos, econômicos e sociais até que pudesse ser reconhecida como política pública constituinte da seguridade social juntamente com a previdência e saúde na Constituição Federal de 1988.

A própria seguridade social nos países capitalistas da Europa Ocidental e da América Latina apresentou-se de forma diversa tendo como referência o grau de desenvolvimento do capitalismo, questões conjunturais e organização social do trabalho – sobretudo da classe trabalhadora.

Segundo Boschetti (2009) no caso do Brasil a instituição da seguridade como núcleo central do Estado social após a Segunda Guerra Mundial sofreu forte influência do padrão keynesiano-fordista com base nos modelos bismarckiano (alemão) e o beveridgiano (inglês).

O primeiro trouxe o conceito de seguros sociais financiados pelos trabalhadores muito semelhante ao sistema de seguro privado, onde o acesso é condicionado ou exclusivo aos contribuintes, com parâmetros de direitos associados ao trabalho, ou seja, este modelo emergiu com a função de garantir benefícios aos trabalhadores e suas famílias que perderam momentaneamente ou permanentemente a capacidade laborativa.

Já o segundo propôs a instituição do *welfare state*⁴ com prevalência dos direitos com caráter universal e igualdade de oportunidades destinado a todos os cidadãos, sobretudo garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidades seja por condição de desemprego, doença, invalidez, velhice. O financiamento neste modelo seria proveniente de impostos fiscais e da gestão pública estatal.

A autora afirma que ainda hoje é difícil encontrar um “modelo puro”, visto que diversos países apresentam características dos dois modelos com maior ou menor intensidade com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre Estado e classes sociais. No caso do Brasil a seguridade oscila entre o seguro

⁴ Refere-se a um modelo de governança onde o Estado desempenha um papel central na proteção e promoção do bem-estar econômico e social dos cidadãos com a responsabilidade de garantir um padrão mínimo de vida e assegurar direitos sociais. Modelo associado diversos países da Europa |

e a assistência social à medida em que o modelo bismarckiano tem predominância na previdência e o beveridgiano orienta o sistema público de saúde e assistência social.

Pereira (2007) afirma que tais influências e impactos produziram o que se pode denominar “sistema de bem estar periférico”, com limitações decorrentes da dependência econômica e do domínio colonialista diferentemente dos países capitalistas avançados que atingiram os patamares de quase pleno emprego.

Assim, a proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. [...] dada a fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão nos momentos mais avessos à instituição da cidadania: durante regimes autoritários e sob coalisões conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. (Pereira, 2007, p. 125-126).

De acordo com a autora ao longo do tempo a seguridade social brasileira enquanto proteção social em que pese o campo da satisfação de necessidades básicas experimentou desde a década de 30 períodos históricos de um misto ou combinação de elementos próprios de modelos liberais, conservadores característicos dos regimes social democratas permeados por práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política. Para melhor compreensão (Pereira, 2007) dimensionou essas experiências em períodos históricos:

a) **Período laissezfariano** (anterior a 1930): Predominância da economia agroexportadora, sistema político caracterizado pela ausência de planejamento social. O Estado não atuava como regulador no processo de provisão social. A questão social era tratada como: “questão de polícia”, reparações tópicas e emergenciais com respostas morosas e fragmentadas à reivindicações dos trabalhadores e população empobrecida dos grandes centros urbanos. Marcado pela criação dos Departamentos Nacionais do trabalho e da Saúde, Código Sanitário, Lei Eloy Chaves – contingências ligadas

ao trabalho, de forma limitada e precária.

b) **Período Populista/Desenvolvimentista (1930-1964):** Marcado pela passagem de vários governos e suas nuances:

- ✓ 1930-1937 (Getúlio Vargas) - Instituído a partir da Revolução de 1930 – caracterizado pelo Governo Provisório (1930-1934), seguido pelo Governo Constitucional (1934-1937) – de 1937 a 1945 cria o chamado Estado Novo – de cunho ditatorial;

- ✓ 1945-1950 (Dutra) – fase da redemocratização;

- ✓ 1950-1954 (Getúlio Vargas) – retorno ao governo através de eleições diretas;

- ✓ 1954-1956 (Governos provisórios) – entre Vargas (após seu suicídio) e Kubitschek;

- ✓ 1956-1961 (Jânio Quadros) – apenas durante sete meses e (João Goulart) – defensor de reformas de base.

Em suma, este período trouxe a passagem da economia agroexportadora para a urbano industrial. A questão social deixou de ser “questão de polícia” não com a atenção necessária, visto que o foco era voltado com toda intensidade à área econômica. A proteção social foi operacionalizada com barganhas populistas entre Estado e parcelas da população, onde a questão social foi marginalizada e despolitizada com mínimo planejamento central por parte do Estado.

Dentre as principais medidas de proteção pode-se destacar: criação do Ministério do Trabalho, carteira profissional, legislação trabalhista, Conselho Nacional do Serviço Social (ligado ao Ministério da Educação e Saúde), instituição do salário mínimo, SESC (Serviço Social do Comércio), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional da Indústria), Lei de Diretrizes e Bases (Programa de Alfabetização de Adultos/Método Paulo Freire).

No campo político, apesar do curto período trouxe proposta mais progressista de política social com base nas reivindicações da sociedade, o que ocasionou levante de conservadores e culminou com a inauguração de novo padrão político administrativo baseado no autoritarismo com o Golpe Militar de 1964.

c) Período Tecnocrático- Militar (1965 a 1985) assim como o anterior compreendeu vários subperíodos e foi marcado pelo autoritarismo e regime de exceção, podendo ser dimensionados da seguinte maneira:

- ✓ 1964-1966: (Castelo Branco) – instituiu o modelo autoritário, rompeu com a prática populista/ desenvolvimentista anterior;
- ✓ 1967-1969: (Costa e Silva) – reafirmou o autoritarismo e garantiu sua continuidade;
- ✓ 1970-1973: (Médici) - aprofundou e enrijeceu o modelo autoritário;
- ✓ 1974-1979: (Geisel) – vivenciou o início da abertura política;
- ✓ 1980-1985: (Figueiredo) – participou da continuidade da abertura política.

As principais características marcantes do período foram: nítida modificação na reestruturação do Estado, pacto fortalecido entre elites civis e militares, planejamento direto, racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular. O modelo econômico apresentou-se concentrador e excludente, a direção política consolidou o autoritarismo, evidenciou o menosprezo pelas massas e sociedade organizada à medida em que houve usurpação dos poderes judiciário e legislativo em detrimento do executivo. Em outras palavras a política social efetivou-se através de distribuições super-reguladas de bens e serviços no que tange conteúdos sociais expressando-se sobremaneira avessa ao populismo outrora propagado. Não ocorreu preocupação com as expressões da questão social que se alastravam país afora e quaisquer movimentações populares por reformas sociais eram duramente respondidas pelo Estado de forma repressora. Neste cenário permeado por práticas governamentais de caráter anti-social, contenção de gastos essenciais como saúde e previdência, falta de investimento em habitação de interesse social, transporte público, assolado pelo crescente desemprego, a queda real de salários e aumento da pobreza, tornou-se inevitável e significativa a incapacidade governamental em apresentar respostas políticas mínimas que fossem para o saneamento de necessidades humanas básicas da população.

Há que ressaltar que o período também foi marcado por crescente mobilização social, que acarretou em alguns avanços civis e políticos tais como: anistia em 1979 aos perseguidos e cassados pelo regime militar, eleição para governadores (1982),

ampla campanha para as “diretas já” para a Presidência da República, convocação da Assembleia Constituinte (1986), onde pela primeira vez a concepção de proteção social esteve voltada à perspectiva de garantia de direitos sociais, bem como as políticas específicas para concretização desses direitos.

Na sequência da agenda mista gestada no período de abertura do regime militar e explicitada após a vitória da oposição nas eleições para governadores em 1982, o padrão centralizado e piramidal de gestão das políticas públicas sofreu alterações.[...] Isso explica também a inclusão na Constituição Federal de mecanismos de democracia semidireta – como a municipalização, o plebiscito, o referendo e a ação popular -, seguidos da construção de um pacto federativo (com a descentralização de responsabilidades da esfera federal para a estadual e a municipal), bem como de mecanismos de controle democrático como – os conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, de caráter deliberativo e representação paritária do Estado e da sociedade na sua composição.[...] Esta proposta, depositária de um avanço conceitual importante no contexto tradicional da proteção social brasileira, viria não sem dificuldades, a ser acatada pela maioria dos constituintes e incorporada à Constituição de 1988. (Pereira, 2007, p. 148-149).

Alves (2008) neste contexto, afirma que a política de assistência social no Brasil enquanto forma de proteção social que se caracteriza como incumbência do Estado para garantia do bem estar social dos cidadãos, regulamentou-se como direito social apenas na Constituição Federal 1988, aliás tardiamente em relação aos Estados Unidos e países europeus os quais serviram de modelo para o Brasil e já estavam sofrendo duras críticas exatamente na mesma década.

Segundo a autora as políticas sociais sempre se apresentaram setorializadas, desarticuladas e assistemáticas, na verdade não chegou a se constituir, nem de forma ampla nem restrita ao longo do processo histórico e complementa:

A história brasileira nunca negou o corte assistencial que vem marcando as políticas sociais direcionadas para o enfrentamento das diversas expressões da “questão social”, a partir de uma dimensão compensatória de lidar com carências e os problemas da população. Eis que o caráter assistencialista das políticas sociais configura-se através de atendimentos prestados à população na forma de “*benefícios*” eventuais/focalizados/descontínuos oferecidos pelo Estado. Trata-se pois, de políticas focalistas, inoperantes, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Neste sentido, manifestam-se úteis à hegemonia da classe dominante, amenizando as tensões e conflitos sociais para que as condições de reprodução do capital sejam garantidas. (Alves, 2008, p. 45).

Para Mota *et al* (2010) nem mesmo a institucionalização da assistência social na Constituição Federal (1988), nem a aprovação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (1993), os quais propuseram novos paradigmas de enfrentamento ao *feitiço da ajuda* para concretização de política pública não contributiva garantidora de direitos, foram capazes de superar as características históricas marcantes de descontinuidade e fragmentação atribuídas ao longo do tempo à assistência social.

Entretanto, entendem necessário salientar que a ampla mobilização de diversos setores sobretudo populares apesar dos embates e tensões vivenciados no processo sócio-histórico foram indispensáveis para a redemocratização do país, bem como possibilitou a criação de bases jurídico-institucionais que a colocaram como parte integrante dos direitos sociais, no arcabouço da Seguridade Social brasileira juntamente com a saúde e previdência.

Descrevem, ainda, que a LOAS (1993) definiu princípios, diretrizes, competências, gestão e financiamento da política de assistência social, fatos reveladores de avanços enquanto política pública considerando o contexto socio-econômico e político adverso. Porém, consideram que sua implementação demonstrou forte inclinação à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade de ações e a lógica do financiamento.

Diante da conjuntura relatam que houveram críticas em diversas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, além de fóruns de gestores, pautas de trabalhadores e da sociedade civil, o que culminaram na exigência pela proposta de uma nova PNAS- Política Nacional de Assistência Social, o que se consolidou em 2004.

A PNAS(2004) revelou mudanças no marco teórico, na estrutura organizativa, nos mecanismos de gerenciamento e controle na política de assistência social brasileira. Manteve os princípios e diretrizes da LOAS no que tange referencialidade as necessidades sociais, universalidade, respeito à dignidade, à autonomia aos serviços de qualidade, igualdade de direitos, dimensão pública dos serviços, bem como a descentralização político administrativa, participação da população, primazia da responsabilidade do Estado, mas trouxe maior ênfase na matricialidade sociofamiliar e definição do território com nova conceituação de vigilância social,

proteção social e defesa de direitos sociais e institucionais, inovou sobremaneira os sistemas de informação, avaliação e monitoramento, além de propor alargamento de acesso à população em situação de vulnerabilidade e risco sociais com a implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.(Mota *et al*, 2010, p. 191).

Em outras palavras a PNAS apresentou um novo modelo tanto conceitual quanto gerencial no modo de conceber e operacionalizar a assistência social através de um Sistema Único pautando nacionalmente pela defesa de direitos, vigilância socioassistencial, territorialização, proteção social, padronização de serviços públicos, equipes de referência e financiamento garantido em orçamento público nas três esferas de governo.

2.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 2011, Artº 2º) o SUAS tem como principais objetivos:

- a **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente à família e aos seus membros respeitando-se seus distintos ciclos de vida, suas particularidades, subjetividades seja pela faixa etária quanto pela condição de vida tendo como prioridade à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e as deficiências. Tem por direção os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização, proteção proativa, integração às políticas setoriais, garantia de mínimos sociais, provimento de contingências e universalização de direitos sociais.
- a **vigilância socioassistencial**. Trata-se de um dos dispositivos para a garantia da proteção social uma vez que ao analisar a capacidade protetiva das famílias diante das principais ameaças, vulnerabilidades, danos, vitimizações e riscos vivenciados em determinado território possibilita à gestão estruturação de estratégias e tomadas de decisões preventivas, além de dimensionar demandas e ofertas através da busca ativa e protocolo de gestão integrada

entre serviços, benefícios e transferência de renda qualificando o trabalho social ofertado à população.

- a **defesa de direitos**, que tem a finalidade de garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Diz respeito à supremacia de atendimento às necessidades sociais, universalização e igualdade dos direitos sociais, qualidade nos serviços prestados, respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia, livre de qualquer comprovação vexatória de necessidade e ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais tanto no que diz respeito aos recursos oferecidos pelo Poder Público quanto pelos critérios de concessão.

Estrutura-se em dois níveis de proteção social não contributiva: a **proteção básica** com caráter preventivo e processador de inclusão social à população em situação de vulnerabilidade social – ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências) e a **proteção especial de média e alta complexidade** com incidência de violação de direitos e/ou com alta vulnerabilidade pessoal e social - abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência - demandando proteção integral devido ao rompimento de vínculos familiares e comunitários, visto que a desigualdade social e a pobreza inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de desproteção social que exigem atenção estatal diferenciada para seu enfrentamento. (Couto; Yazbek; Raichelis, 2018, p.71).

Para tanto assume o compromisso de prover seguranças sociais que favoreçam a prevenção ou redução de vulnerabilidades pessoais e/ou riscos sociais numa perspectiva de garantia de direitos sociais através do desenvolvimento de potencialidades/aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, proteção integral em casos em que as situações e condições requeiram por meio da oferta de serviços socioassistenciais. (PNAS, 2004).

Tais serviços referenciam-se aos equipamentos públicos estatais CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) – Proteção Social Básica e ao CREAS (Centro Especializado de Assistência Social) de acordo com as respectivas

complexidades.

Ressalta-se que com o advento da institucionalização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) inaugurou-se um novo “léxico conceitual” para a assistência social, bem como trouxe organização material inédita no atendimento à população em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, além de diversas inovações na estrutura política no que diz respeito ao rompimento com práticas desorganizadas e clientelistas associadas à política setorial permeadas por traços conservadores. (Coelho, 2014).

Essas não foram as únicas inovações trazidas pelo novo modelo de proteção social. De acordo com Jaccoud; Bachir; Mesquita (2014) a construção normativa do SUAS recusou uma perspectiva restritiva de gestão da pobreza quando dizem:

Na atenção básica, a regulação da expansão da oferta pública de serviços volta-se às vulnerabilidades do ciclo de vida, de arranjos familiares, de deficiências ou de falta de acesso a direitos e oportunidades. Na atenção especial, direciona-se à proteção de situações relacionadas à violência, abandono e isolamento, além de contextos de violação de direitos – entre outros, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua. Essas vulnerabilidades, por não serem identificadas com as situações de pobreza, mas sendo por ela agravadas, devem ser objeto de serviços públicos de escopo universal. Assim, e como deixa claro a PNAS, **a assistência social opera com benefícios monetários voltados a situação de pobreza, mas seus serviços não são dirigidos restritivamente para população identificada ou classificada como pobre.** Reconhecendo que a pobreza e seus agravos fazem parte de um conjunto de vulnerabilidades, a oferta de serviços dialoga com a perspectiva da universalidade de direitos e do enfrentamento de situações que podem atingir a todos. (Jaccoud; Bichir; Mesquita, 2014, p. 42-43).

Na mesma vertente Couto; Yazbek; Raichelis (2018, p. 78-79) destacam que a PNAS, através do SUAS ampliou os usuários da assistência social ao associar pobreza e vulnerabilidades às necessidades subjetivas e objetivas na reprodução social dos trabalhadores e suas famílias, ou seja, apresenta concepção multidimensional da pobreza, que não se reduz às privações materiais, mas a um arcabouço de necessidades enquanto condição de classe, exclusão e subalternidade que ocultam/revelam o lugar social que ocupam nas relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea.

Entendem que neste sentido deu-se início a oportunidade de análise e debates em torno dos equívocos quanto ao lugar ocupado pela assistência social no combate

à pobreza e enfrentamento “moral” às desigualdades (Mota (2010), bem como a necessidade de ressignificação de conceitos que perpassam a relação com os usuários que acessam os serviços socioassistenciais tais como: herança conservadora da identidade desta parcela da população, comumente colocada em situação de subalternidade, desvalorizada, afastada literalmente da condição de cidadã; falta de diálogo sobre classe social sobretudo das pessoas que sobrevivem do trabalho e que necessitam de proteção social, devido à perda da qualidade de emprego e do rebaixamento salariais, da condição de quase ou nenhum emprego isentos de garantias frente a informalidade como possibilidade de sobrevivência; modelo hegemônico e estigmatizante construído o qual traz a ideia de que os usuários da Assistência Social são desorganizados, despolitizados e estão disponíveis para manobras eleitorais; por fim citam o paradigma estabelecido de que as vulnerabilidades e riscos se limitam à condição do usuário, ou seja, a responsabilização dos sujeitos em detrimento de uma análise mais profunda da produção da desigualdade intrínseca ao modo de produção e reprodução capitalista conforme concluem:

[...] os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com desenvolvimento de potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de *equipar* os sujeitos, nem de descobrir suas *potencialidades* [...]. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de identificar que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que trabalhá-las como direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas adversidades e mazelas que o capitalismo produz. (Couto; Yazbek; Raichelis, 2018, p.79).

Esses conceitos adquirem maior concretude a partir de dois grandes eixos estruturantes: a territorialização e a matricialidade familiar.

2.2 Território e Família – Espaços de proteção e desproteção social

A análise do território e da família como espaços de proteção e desproteção social exige uma abordagem crítica, que reconheça tais categorias em sua complexidade e multiplicidade de determinações. Ambas não se configuram como conceitos estanques ou meramente descritivos; ao contrário, constituem-se como expressões sociais dinâmicas, historicamente construídas, e marcadas por tensões e contradições que revelam tanto potencialidades quanto fragilidades na garantia de direitos.

No contexto das políticas públicas, especialmente da política de assistência social, o território deve ser compreendido para além de sua dimensão geográfica.

De acordo com Sposati (2011), o chão e suas circunstâncias deixam de ser um dado natural e passam a constituir-se como construção humana. A autora destaca que sobre a topografia da natureza edifica-se uma topografia social, moldada pelas ocupações, intervenções e relações estabelecidas entre os sujeitos que ali vivem. Assim, o território é expressão de processos sociais, econômicos e culturais que configuram e reconfiguram continuamente os modos de vida de seus habitantes. Assim pode-se afirmar que:

O conceito de território ultrapassa os limites da Geografia, mas nela deve se apoiar para construir uma perspectiva analítica e de intervenção que o tome como um campo de forças e relações sociais que se organizam em um espaço de vida com dinâmicos movimentos, em múltiplas escalas. O reconhecimento do território pode ainda, ser tomado como estratégico para o estabelecimento de diferentes prioridades no campo das políticas públicas, indo além da localização de equipamentos públicos como o CRAS.[...] observa-se a compreensão clara do território como resultado e produto de sujeitos que, em suas ações sociais, o produzem. Palavras como “vida”, “trocas”, “vínculos cotidianos”, “contradições e conflitos” realçam a dimensão processual presente nos processos de produção do território.[...] O território passa, assim, a ser considerado como base da organização do SUAS/2005. (Nascimento; Melazzo, 2013, p. 66-68)

Nessa mesma direção, Koga (2011) concebe o território como o espaço onde se materializa o exercício da cidadania. Trata-se do local em que se evidenciam as desigualdades sociais e onde o acesso aos serviços públicos – ou sua ausência –

revela a negação de direitos e a segmentação do bem-estar social. A autora observa que:

[...] as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. Dessa forma, o direito a ter direito é expreso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar. (Koga, 2011, p. 33).

Viudes (2016) reforça que o território não é apenas o cenário onde as relações sociais ocorrem, mas um elemento ativo, que condiciona e, por vezes, determina tais relações. O território torna-se, assim, expressão das contradições do modo de produção capitalista, revelando as desigualdades e os limites da ação estatal.

Baseando-se em Haesbaert (2004) a autora afirma que se faz necessário pensar em múltiplas territorialidades: físicas, simbólicas, institucionais e afetivas, além de compreender o espaço como produto social, que resulta das relações de produção e das práticas sociais, reiterando que o território é vivido, disputado, e dotado de intencionalidade.

Menciona a contribuição de Milton Santos (1994) ao destacar que o território não é um mero suporte físico, mas um espaço vivido, praticado, dotado de intencionalidade. A família, enquanto grupo social inserido nesse espaço, está em constante interação com as formas de uso e apropriação do território. Em situações de vulnerabilidade, a ausência ou precariedade das políticas públicas pode transformar o território em espaço de desproteção, onde se acentuam as desigualdades sociais e a fragmentação dos vínculos comunitários. Por outro lado, a presença articulada da rede socioassistencial, da escola, das unidades de saúde e das iniciativas da sociedade civil pode qualificar o território como espaço de proteção e construção de cidadania.

Cita que Henri Lefebvre (1999) ao tratar da produção social do espaço, também oferece elementos para essa discussão ao afirmar que o espaço é, simultaneamente, produto e condição das práticas sociais, ou seja, reforça a ideia de que o território é resultado das experiências, do modo de viver e das ações produzidas pelas famílias e indivíduos que nele habitam trazendo uma realidade dinâmica e contraditória.

Assim, o entendimento da categoria da família neste contexto, por sua vez, não deve ser reduzido a um modelo único ou naturalizado. Ressalta-se que ela também não é estática, se constrói e se reconstrói ao longo do tempo e deve ser compreendida em sua pluralidade, sendo composta por laços de convivência, afinidade e afetividade – não apenas consanguinidade.

Deve ser analisada em sua dimensão histórica e relacional, afastando-se de concepções normativas e homogêneas. Retomar a centralidade da família nas políticas públicas, como aponta Carvalho (2010), não significa retrocesso a esquemas tradicionais ou conservadores, mas uma estratégia coletiva e eficaz de garantir proteção social.

Deste modo a leitura da família no território requer o reconhecimento do modo como as relações de classe, gênero, raça e geração se inscrevem no cotidiano e produzem formas específicas de proteção ou vulnerabilização.

Mister salientar que as famílias vivem em contextos adversos marcados pela precarização das condições de vida, exclusão, violência, desemprego, e outras expressões da questão social.

São impactadas pelas transformações do capitalismo contemporâneo, pela precarização das relações de trabalho, pela mercantilização da vida e pelas dinâmicas desiguais da globalização. Essa realidade contribui para a fragilização dos vínculos familiares e comunitários e reduz a capacidade protetiva dos núcleos familiares e intensifica vulnerabilidades relacionais frente às adversidades.

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) estrutura-se com base em dois eixos centrais: **a territorialização e a matricialidade sociofamiliar** (PNAS, 2004).

A territorialização organiza os serviços conforme as especificidades locais, enquanto a matricialidade reconhece a família como unidade central da proteção social. Essa articulação é fundamental para compreender como se operam os processos de proteção e desproteção.

Pereira (2010), inspirando-se em Harvey (2005), adverte que a territorialização, quando funcionalista e fragmentada, não rompe com a lógica focalista da política pública. Daí a importância de compreendê-la como campo de disputa, onde é possível tensionar projetos contra hegemônicos de cidadania ativa.

Nos territórios marcados por desigualdades estruturais, as famílias enfrentam múltiplas formas de desproteção: ausência de políticas públicas, estigmatização,

racismo, sexismo, precarização das condições de moradia e trabalho. Nesses contextos, o território torna-se espaço de negação de direitos.

Além das privações materiais, essas famílias enfrentam vulnerabilidades relacionais que comprometem sua função protetiva e a capacidade de acesso a bens e serviços.

Torres e Gouveia (2017) identificam diferentes formas de vulnerabilidade relacional, tais como: conflitos, geralmente associados a disputas de poder; preconceito e discriminação, que atribuem valor negativo aos sujeitos; abandono, marcado pela negação de responsabilidades; apartação, que impede a convivência; confinamento, que restringe liberdades; isolamento, que revela a ausência de vínculos; e a violência, entendida como forma extrema de dominação. Tais situações demandam respostas estatais intersetoriais, integradas e comprometidas com a garantia de direitos e com a superação das desproteções vivenciadas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a realidade vivida pelas famílias nos territórios evidencia a presença marcante de desigualdades estruturais que se manifestam de forma concreta no cotidiano.

As expressões da questão social — como o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a ausência de acesso a políticas públicas universais, a violência urbana, o racismo estrutural e o déficit habitacional — conformam territórios marcados por múltiplas formas de desproteção social.

Esses espaços, muitas vezes invisibilizados ou estigmatizados, operam como territórios de negação de direitos, nos quais o Estado se faz presente de maneira seletiva, fragmentada ou apenas através do controle e da regulação, daí surge a necessidade latente da matricialidade familiar, ou seja, atenções voltadas às famílias em sua totalidade.

Faz-se necessário mencionar que apesar dos contextos de maior vulnerabilidade, as famílias e comunidades constroem redes de solidariedade e formas de resistência que possibilitam estabelecer mecanismos de proteção não estatais.

Segundo Torres (2016) a convivência familiar e comunitária, quando reconhecida e fortalecida por políticas públicas comprometidas com os princípios da universalidade e da dignidade humana, pode representar um importante fator de proteção social.

Ressalta que no interior desses vínculos são produzidos sentidos de pertencimento, cuidado mútuo e construção de trajetórias de vida que desafiam a lógica da exclusão. Entende que a política de assistência social, ao reconhecer esses vínculos como fundamentos da proteção social básica, tem a possibilidade de atuar não apenas com foco na vulnerabilidade, mas na potencialidade dos sujeitos e coletivos.

É nesse contexto que a noção de **autonomia**, tal como preconizada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assume um caráter estratégico. Não se trata de uma autonomia reduzida à capacidade de gerar renda ou de auto sustentabilidade, mas de uma **autonomia crítica, substantiva e política**, que compreende o direito das famílias e indivíduos de participarem ativamente da vida social, de fazerem escolhas sobre seus próprios projetos de vida, de terem voz nos processos de decisão que afetam seu cotidiano.

Essa concepção está ancorada na promoção do protagonismo social, da escuta qualificada e da valorização das histórias de vida, reconhecendo que a superação da vulnerabilidade não se dá por mecanismos individuais, mas por meio da ampliação do acesso a direitos, da redistribuição de recursos e da transformação das condições que produzem as desigualdades.

Nesse horizonte, a assistência social deve constituir-se como política pública de base territorial capaz de garantir proteção social universal, promover vínculos comunitários solidários e assegurar a centralidade da família como sujeito de direitos, reconhecendo a pluralidade de suas formas e a complexidade dos territórios em que está inserida (PNAS,2004) .

Trata-se de disputar, na esfera pública, os sentidos do território e da cidadania, superando modelos tuteladores e focalistas, e afirmando um projeto de sociedade pautado na justiça social, na dignidade e na participação ativa dos sujeitos.

Dessa forma, território e família constituem-se como espaços estratégicos na consolidação da proteção social, proteção esta que segundo a autora não é de responsabilidade individual, mas de construção coletiva, sabendo-se que ambos são marcados por disputas e desigualdades, mas também por resistências, potencialidades e projetos de vida, pois exige considerar que proteção pressupõe sobretudo prevenção, não apenas quando ocorreram rompimento de vínculos ou violação de direitos.

Entretanto, também nesses territórios emergem práticas de resistência, solidariedade e organização comunitária. Redes informais de proteção, grupos religiosos, associações de bairro e vínculos familiares podem operar como formas não estatais de proteção social.

Sendo assim, cabe à política de assistência social potencializar essas iniciativas, reconhecendo o protagonismo dos sujeitos e articulando ações de maneira intersetorial e participativa, ou seja, a leitura crítica do território e da família permite situar a complexidade das expressões da questão social e os desafios para a efetivação da proteção social, visto que proteção social não é inata, nem mera mercadoria, mas se estabelece pelo desenvolvimento de capacidades e possibilidades (Sposati, 2007).

Compreender esses espaços como dimensões interdependentes e dinâmicas possibilita ampliar a qualidade da intervenção estatal e promover políticas públicas que reconheçam as múltiplas determinações, sobretudo as proteções e as desproteções que incidem sobre a vida dos sujeitos.

Nesse cenário imbricado de tensões, emerge com centralidade o trabalho do/a assistente social, cuja atuação profissional se dá justamente na mediação dessas contradições, materializadas nas expressões da questão social nesses espaços de proteção e desproteção exigindo do/a profissional práticas que, para além da operacionalização de serviços, requerem posicionamento ético-político, capacidade crítica além de competência técnico-operativa e metodológica no cotidiano das instituições e políticas públicas em especial na Assistência Social.

3 TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social, enquanto profissão, encontra-se inserido na divisão sociotécnica do trabalho, ocupando um lugar específico na organização social da produção. Nesse contexto, o exercício profissional do/a assistente social tem sido amplamente analisado enquanto trabalho coletivo, historicamente determinado pelas demandas sociais resultantes das contradições do modo de produção capitalista. (Neto,2006)

O/A assistente social é reconhecido como um trabalhador assalariado, cuja atuação se materializa por meio do planejamento e da execução de ações interventivas voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social. Seu trabalho se dirige, prioritariamente, às demandas oriundas das frações mais empobrecidas da classe trabalhadora, que vivenciam cotidianamente situações de vulnerabilidade e exclusão social.

Inserido majoritariamente na prestação de serviços vinculados às políticas públicas, especialmente no campo da assistência social, da saúde e da educação, o profissional é constantemente convocado a responder a demandas institucionais complexas, que exigem uma formação teórica, ética e política rigorosa, fundamentada nos referenciais da Teoria Social Crítica. Trata-se de uma atuação que requer não apenas competência técnica, mas também posicionamento ético-político frente às desigualdades estruturais e à defesa intransigente dos direitos sociais⁵.

As demandas por serviços sociais ou políticas sociais expressam as desigualdades econômicas, de inclusão e exclusão, de dominação de gênero, de relações de poder e violência nos conflitos familiares, de relação com o crime, com o uso de drogas, com a enfermidade, com a precarização das condições sociais e familiares.

São demandas complexas, que envolvem tanto a efetivação de direitos quanto a prestação de cuidados específicos, exigindo dos profissionais não apenas o domínio de instrumentos técnicos, mas a capacidade de realizar análises críticas das relações sociais envolvidas e das forças que as sustentam, o que implica considerar a

⁵ Assalariamento, relativa autonomia e condições de trabalho conceitos desenvolvidos por Torres e Neri (2022) baseados em Marx na coletânea intitulada: O trabalho de Assistentes Sociais entre tensões e desafios em tempo de Pandemia Covid19.

correlação de forças em jogo (Faleiros, 2014, p. 708).

À luz da teoria social crítica, Torres (2018) destaca a centralidade da apropriação qualificada da instrumentalidade profissional como elemento indissociável da intervenção do/a assistente social. Tal instrumentalidade, para além de sua dimensão técnica, deve estar intrinsecamente vinculada aos princípios ético-políticos que fundam a profissão, exigindo, para sua efetividade, um permanente movimento de interpretação crítica e aprofundada da realidade social na qual se insere o exercício profissional. Considerando que a prática do/a assistente social está constantemente tensionada por disputas ideológicas, políticas e societárias, torna-se imperativo o domínio teórico-metodológico da profissão e uma compreensão ampliada e crítica do seu objeto de intervenção. Nesse sentido, a atuação profissional não pode se limitar ao atendimento das demandas institucionais, devendo, sobretudo, conferir visibilidade e legitimidade às necessidades concretas historicamente manifestadas pelos sujeitos sociais atendidos.

Nessa perspectiva, Torres (2009) propõe uma leitura do exercício profissional fundada em uma matriz teórico-crítica, identificando três dimensões constitutivas e interdependentes: a interventiva, a investigativa e a ética. A dimensão interventiva expressa a materialidade do fazer profissional, manifestando-se na operacionalização de instrumentos e procedimentos técnico-operativos que exigem, por parte do/a assistente social, a mediação constante entre teoria e prática. Esta dimensão, sob uma abordagem crítica, busca romper com padrões conservadores de intervenção, afirmando práticas comprometidas com a transformação social e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

A dimensão investigativa, por sua vez, ultrapassa os limites da produção acadêmica formal e se realiza no cotidiano do trabalho profissional, orientando a construção de análises e interpretações que qualificam a ação interventiva e ampliam a capacidade de elaboração de respostas socialmente fundamentadas frente às múltiplas expressões da questão social. Já a dimensão ética, sustentada pelos princípios do Código de Ética Profissional (1993) e pelo projeto ético-político do Serviço Social, orienta o posicionamento crítico do/a assistente social diante das determinações institucionais, garantindo que sua atuação se mantenha comprometida com a emancipação humana e a justiça social.

A articulação entre essas três dimensões confere densidade analítica e propositiva ao exercício profissional, permitindo ao/a assistente social não apenas se posicionar de forma crítica diante das determinações institucionais, mas também ressignificar sua prática nos espaços ocupacionais em que atua. Tal articulação evidencia a ambivalência constitutiva do trabalho profissional: de um lado, a subordinação às diretrizes das instituições; de outro, a possibilidade concreta de reelaborar, crítica e coletivamente, os sentidos da ação profissional.

Trata-se, portanto, de uma prática socialmente situada e historicamente determinada, que requer permanente atualização teórica, comprometimento ético e sintonia com a realidade vivenciada pelos sujeitos coletivos com os quais o/a assistente social estabelece relação.

Nessa direção, a prática profissional alinha-se à perspectiva da educação popular, ao reconhecer os modos de vida dos usuários como expressão de sua historicidade e potencialidade, orientando a intervenção para além do assistencialismo, em direção à construção compartilhada de respostas socialmente referenciadas.

Como enfatiza Torres (2009), trata-se da consolidação de uma prática fundada na concreticidade, criticidade e teleologia, sustentada por respostas profissionais com caráter crítico-analítico, articuladas às condições objetivas de existência dos usuários e à totalidade da realidade social.

Nesse horizonte, Iamamoto (2018) propõe pensar o projeto profissional sob dois pontos de vista: as condições objetivas, que se referem ao contexto societal mais amplo com seus limites e possibilidades estruturais; e as condições subjetivas da profissão, relacionadas à capacidade do/a assistente social de formular respostas técnico-operativas e ético-políticas a partir dos fundamentos da profissão.

Para a autora, o exercício profissional exige um sujeito crítico, com competência para propor e negociar projetos junto às instituições, qualificar suas atribuições e interpretar o movimento da realidade, transformando-o em estratégias de atuação profissional comprometidas com a emancipação dos sujeitos e com a consolidação de direitos sociais historicamente conquistados.

Guerra (2007) reafirma o posicionamento quanto as dimensões constitutivas do Serviço Social e desvela a categoria instrumentalidade no exercício profissional do/a assistente social.

A autora a entende como uma propriedade ou modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as **condições objetivas e subjetivas** do exercício da profissão que se constrói e se reconstrói ao longo do processo sócio-histórico. Entende que:

Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade[...] que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível de realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção[...] utilizam, criam, adequam, as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto uma condição necessária de todo o trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (Guerra, 2007, p.2).

A instrumentalidade, então, não se encerra no imediato; ela deve ser o elo entre as dimensões teórico metodológica, técnico-operativa e ético-política com foco nas transformações estruturais na realidade.

Trata-se de transformar o fazer profissional em práxis, isto é, em ação consciente e orientada por um projeto ético-político comprometido com os direitos sociais, a justiça e a emancipação humana.

A autora reforça, ainda, a necessidade de se distinguir entre razão instrumental e razão dialética. Enquanto a primeira está limitada a operações formais, fragmentadas e funcionalizadas à lógica do capital, a segunda é crítica, totalizante e emancipatória. A razão dialética permite a apreensão da realidade em sua complexidade, identificando as contradições e potencializando o agir profissional como prática transformadora.

Assim, investir na instrumentalidade inspirada pela razão dialética é reconhecer que o exercício profissional deve ser orientado não apenas pela técnica, mas pelos valores que sustentam um projeto societário emancipador, pautados no projeto ético político da profissão e do Código de Ética do Assistente Social(1993) .

Portanto, a instrumentalidade do Serviço Social, apresentada por Guerra (2007), não se reduz a uma dimensão técnica do trabalho, mas deve ser entendida como uma propriedade constitutiva, mediadora e politicamente situada.

Sua compreensão crítica permite que o/a assistente social supere práticas imediatistas e despolitizadas, reafirmando a profissão como prática social comprometida com a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse processo, o profissional precisa dominar instrumentos, mas também elucidar a intencionalidade de suas ações, ressignificando sua prática à luz de um projeto ético-político societário fundado na razão crítica e dialética.

Nesta mesma direção Sousa (2008) afirma que é fundamental destacar que independentemente dos instrumentos utilizados no exercício profissional, a dimensão ético-política deve estar sempre presente e ser objeto constante de reflexão crítica.

O uso de técnicas e metodologias de intervenção, se dissociado do projeto ético-político que norteia o Serviço Social contemporâneo, corre o risco de ser capturado por práticas conservadoras e tecnicistas, as quais, historicamente, marcaram a trajetória da profissão e limitaram seu potencial transformador.

A coerência entre o *modus operandi* do/a assistente social e os princípios que fundamentam a profissão — como a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação — é condição indispensável para que a intervenção profissional não apenas responda a demandas imediatas, mas contribua para a construção de alternativas socialmente qualificadas.

Compreende-se, portanto, que as metodologias de ação não são fixas nem universais. Ao contrário, estão em permanente construção e reconstrução, conformando-se de acordo com as especificidades dos contextos sociais e das realidades históricas em que os profissionais atuam.

Deste modo o autor menciona se posiciona da seguinte maneira:

O Assistente Social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho: na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre essa mesma realidade. E esse conhecimento é, sem dúvida, o seu principal instrumento de trabalho, pois lhe permite ter a real dimensão das diversas possibilidades de intervenção profissional [...] contudo, articular essas três dimensões coloca um desafio fundamental, e que vem sendo um tema de grande debate entre profissionais e estudantes de Serviço Social: a necessidade da articulação entre teoria e prática. Investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser encaradas como dimensões separadas — pois isso pode gerar uma inserção desqualificada do Assistente Social no mercado de trabalho, bem como ferir os princípios éticos fundamentais que norteiam a ação profissional. (Sousa, 2008, p. 122).

Sendo assim, a produção do conhecimento, a sistematização da prática, não se resume em um exercício burocrático, mas uma exigência político-pedagógica da profissão, pois ao registrar, analisar e refletir criticamente sobre suas intervenções, os assistentes sociais contribuem fortalecem a profissão e sua identidade coletiva.

É por meio desse esforço que se torna possível construir e reconstruir permanentemente os fundamentos históricos do Serviço Social, estabelecer e revisar teorias e metodologias, aperfeiçoar estratégias de intervenção e consolidar a profissão como prática social comprometida com a transformação da realidade.

Trata-se, portanto, de uma tarefa coletiva, que envolve profissionais e pesquisadores, e que visa ampliar a capacidade da profissão de responder criticamente aos desafios postos pelas expressões da questão social.

A partir dos pressupostos apresentados faz-se necessário discutirmos a dimensão pedagógica inerente ao trabalho profissional do/a assistente social.

Trata-se de dimensão intimamente ligada às demais dimensões constituintes do Serviço Social (teórico metodológica, ético política e técnica operativa), visto que se estabelece através de intervenções/ações/práticas/produções de conhecimento de caráter educativo com potencialidade intelectual e intencional de interferir nas concepções, modos de pensar, sentir, agir de indivíduos e grupos coletivos, tendo como referencial o Projeto Ético-Político da profissão e o conjunto de valores que sustentam a opção ético-política da categoria - pela construção de uma ordem societária sem exploração, dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, pela emancipação humana. (Bernd,2022).

Neste sentido Jacinto afirma que:

O(A) assistente social, no desenvolvimento de seu trabalho cotidiano, pode contribuir com o estímulo à consciência crítica, com o desvelamento da realidade social, com a instrumentalização para a organização popular e o protagonismo dos sujeitos sociais. Neste sentido, o(a) assistente social pode configurar-se como intelectual orgânico às classes subalternas com as quais atua, apreendendo junto com as mesmas, estratégias para a conquista da contra-hegemonia, um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta. É um processo educativo por excelência, uma vez que o conhecimento é construído no coletivo, através de uma nova leitura da realidade, de processos de reflexão, de engajamento

político, no sentido da “grande política”, aquela em que se constroem coletivamente caminhos para outra sociedade verdadeiramente humana e possível. (Jacinto, 2017, p. 91.).

Na mesma direção Abreu (2002) afirma que o/a Assistente Social no exercício das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, desenvolve um trabalho eminentemente educativo, ou seja, atua de forma a manter vínculo estreito com a organização da cultura ao estabelecer relações profissionais que se concretizam não somente sob o viés material, mas permeado por ideologia, de modo a intervir na reprodução física e subjetiva no modo de vida das “classes expropriadas” de seus direitos no cotidiano de sua atuação profissional nos mais diversos espaços ocupacionais.

A autora descreve os perfis pedagógicos que se estabeleceram no decorrer da história do Serviço Social e o quanto ainda influenciam os posicionamentos e condutas atuais, as quais incidem diretamente no trabalho social, seja através posturas com caráter mais conservadores, seja na vertente dialética emancipatória.

Segundo Abreu (2002), ainda, estes perfis podem se apresentar separadamente, bem como ao mesmo tempo, ainda que com algumas metamorfoses e atualizações de acordo com as nuances apresentadas no processo produtivo e de trabalho engendradas pelo Estado e vivenciadas pela sociedade civil.

Afinal a realidade é dinâmica envolta em movimentos contraditórios, que mantém, modifica, retorna, transforma ao longo da história.

Assim, o fazer profissional do/a Assistente Social está intimamente ligado à perspectiva de vida, aos posicionamentos ético políticos, à visão de ser humano e mundo, ideologias adotadas em suas condutas, podendo atuar de forma a contribuir com a libertação ou com a manutenção da ordem do capital.

3.1 Perfis Pedagógicos (Ajuda, Participação e Emancipação)

À luz do pensamento Gramsciano, Abreu (2002) descreve a trajetória e constituição dos seguintes perfis:

a) Da ajuda (1950-1977)

Marcado por forte influência da Europa e Estados Unidos. Abrange o processo

e institucionalização da profissão, vinculado ao processo e organização da cultura dominante refletindo o movimento de reprodução material e subjetiva do trabalhador na acumulação do capital. Manifesta-se na esfera da psicologização da questão social, com intervenção social individualizada, direcionada para a reforma moral e a reintegração social. Possui tendência à naturalização da vida social, as desigualdades entendida como condição da pessoa humana.

b) Da participação (surge a partir da difusão da cultura de bem-estar)

Institui-se na vertente da ideologia desenvolvimentista modernizadora nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade frente ao capitalismo monopolista apoiada na hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos sobre diferentes países. O eixo central são “integração e promoção” sociais. Reatualiza a “assistência educativa”, apresenta superdimensionamento dos mecanismos de controle, responsabilização, persuasão e coerção dos sujeitos sociais no alcance do bem-estar. Manifesta-se como possibilidade de melhoria de vida e superação da pobreza de forma individualizada e particular.

Apesar das ideologias dominantes presentes nos perfis pedagógicos acima descritos, em meados dos anos 70 os aspectos sociais e políticos favoreceram de certa forma o fortalecimento dos movimentos participacionistas e no centro das classes subalternas busca por democratização, participação ativa e direcionamentos para estabelecimento de ideologias emancipatórias com base em novo projeto ético político da profissão no bojo da Reconceituação intelectual tendo a Teologia da Libertação da Igreja Católica com significativas mediações através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). (Abreu, 2002, p.132)

Deste modo, segundo a autora as experiências das CEBs revelam-se como espaços importantes de politização das relações sociais e de intervenção dessas classes no movimento histórico na perspectiva de mobilização, capacitação e auto-organização das classes subalternas, constituindo-se cultura contraposta à cultura dominante, através da participação de seus membros em movimentos populares.

A autora, ao apreender categorias acerca da pedagogia emancipatória, afirma que a ideologia (nova concepção de mundo) e a linguagem (portadora da comunicação e socialização desta nova concepção) são eixos centrais nesta perspectiva, visto que pode contribuir para as transformações estruturais ou seja para

a emancipação humana.

Corroborando com o pensamento apresentado, Abreu e Cardoso, (2009) pontuam que apesar das práticas pedagógicas historicamente vincularem-se predominantemente ao controle exercido pela classe dominante no que tange às questões político-ideológicas sobre trabalho, em torno das décadas de 1980-1990, observou-se avanços com a construção de novo projeto profissional ético-político, o qual foi pautado em contraposição à classe dominante, com compromisso societário com as classes subalternas, ou seja, com ênfase nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora.

Assim, inicia-se um processo de abertura à reflexão, participação, dialogicidade sobre ideologias emancipatórias, com concepções de liberdade, igualdade e justiça social.

Nesta perspectiva Faleiros (2014) defende que os/as assistentes sociais ao se confrontarem no cotidiano com as relações de exclusões, ou até mesmo de aceitação ou rejeição das exclusões vivenciadas pelos usuários dos serviços, deparam-se com o desafio de contribuir com as mudanças das suas trajetórias, fortalecendo autonomia/empoderamento frente à busca pelo acesso ao Estado de direito e condições concretas de sobrevivência.

Há que se ressaltar que não se trata de uma trajetória desprovida de contrariedades, visto que diversos são os dilemas contemporâneos enfrentados pelos/as assistentes sociais no exercício da profissão e vivenciados pelas famílias atendidas, diante dos limites de ordem burocrática, financeira e conflitos de poder no contexto capitalista, dentre os quais pode-se destacar o familismo e o conservadorismo.

3.2 Dilemas contemporâneos: Familismo e Conservadorismo

Vivemos tempos difíceis em nossa sociedade, as tensões se apresentam cada vez mais complexas no que tange às desigualdades estruturais, individualização, enfraquecimento das políticas públicas, além do fortalecimento de discursos (neo) conservadores, moralistas marcados pela culpabilização das famílias diante das violações de direitos, como forma de criminalização dos sujeitos e preservação da omissão do Estado.

Tais circunstâncias interferem diretamente na vida das pessoas da classe trabalhadora, na forma como se reconhecem, se relacionam, como mantêm a própria sobrevivência, no modo como se organizam para acessar direitos - e, consequentemente, no fazer profissional do/a assistente social.

Muitas são as desigualdades que atingem as famílias cotidianamente nos territórios e estas devem ser analisadas em sentido macro por suas complexidades, visto que se trata de exclusão social, preconceito, dominação de gênero, relação de poder e violência nos conflitos familiares, enfermidades, precarização das condições sociais e econômicas, advindas da escassez ou nulidade de renda e ausência de políticas públicas efetivas – situações peculiares ao neoliberalismo imperante no Brasil. (Faleiros, 2018)

De acordo com Rodrigues e Cavalcante (2023):

As populações potencialmente usuárias da Política de Assistência Social são, inegavelmente, as que mais sofrem com este processo, pois sua capacidade de luta e resistência se torna mínima, ao passo que se ocupam muito mais com as tarefas da sobrevivência diária do que com qualquer vinculação à luta política, social e coletiva. (Rodrigues; Cavalcante, 2023, p.83).

Atualmente, segundo os autores, o Brasil vivencia um processo intenso de desmonte dos direitos sociais, com decisões políticas e econômicas estatais de caráter neoliberal, que favorecem tanto os interesses do capital quanto os de grandes grupos econômicos e financeiros, os quais buscam ampliar seus lucros por meio da redução do papel do Estado na garantia de direitos sociais básicos. Para tanto, reforçam-se as políticas de cortes de gastos públicos em áreas como saúde, educação, assistência social e previdência, que impactam diretamente nas condições de vida da população trabalhadora, ocasionando o aprofundamento da precarização: empregos cada vez mais instáveis e informais, insegurança alimentar, acesso restrito a serviços públicos e aumento das desigualdades sociais. Essa realidade tão dura acaba minando a capacidade de organização e mobilização coletiva das pessoas, dificultando a construção de resistências sociais e políticas frente a esse cenário de retrocessos.

Ainda neste contexto ressalta-se o (neo)conservadorismo, processo que segundo Barroco (2015) se apresenta na atualidade como forma de apologia

conservadora da ordem capitalista, reservando ao Estado a função coercitiva, porque sua forma de objetivação é moralista, tratando as expressões da questão social como resultantes de problemas de ordem moral, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização.

Segundo a autora o (neo)conservadorismo apresenta-se atualmente como espécie de guerra velada, porém direcionada de forma precisa, atingindo sobretudo jovens das periferias, os negros, as mulheres, os moradores de rua, os trabalhadores pobres, os grupos e sujeitos “fora da ordem”, da lei, dos costumes, do mercado de trabalho, do consumo, do pensamento dominante. Tal constatação evidencia-se nos pareceres jurídicos, nas análises jornalísticas, nos discursos de setores intelectuais e nos espaços midiáticos, onde determinados delitos adquirem o status de crime conforme quem os comete. Ou seja, os julgamentos sociais e institucionais revelam-se seletivos e discriminatórios, demonstrando como as punições, muitas vezes justificadas por uma moralização típica do neoliberalismo e frequentemente respaldada pelo extremismo religioso recaem com maior rigor sobre os grupos historicamente marginalizados.

Souza (2018), compreende o conservadorismo como uma ideologia que se inscreve na dinâmica de disputa entre distintos projetos de sociedade e que se propaga ideológica e politicamente através de pautas predominantes das classes dominantes, ocasionando agutização das contradições inerentes ao capitalismo na sociedade brasileira.

Apoiado em Luckács e Mézaros afirma que toda ideologia assume uma função social no sentido marxiano de “uma forma de ser”, uma determinação da existência”, seja num sentido crítico de emancipação, seja na manutenção da ordem do capital. Nesta perspectiva o conservadorismo enquanto ideologia proponente da sociedade de classes e defensora das expressões do capitalismo se coloca numa posição controversa a qualquer intenção crítica ou revolucionária tão pouco se aproxima da concepção de sociedade igualitária.

O autor apresenta reflexões acerca do quanto o conservadorismo, enquanto referência ideológica da extrema-direita brasileira, tem se articulado política e intelectualmente no país, ganhando, inclusive, projeção internacional. Nesse contexto, compreende-se que essas articulações, sustentadas por valores e práticas presentes no cotidiano das relações sociais, acabam por influenciar traços conservadores

específicos no Serviço Social, tanto como profissão quanto como campo de conhecimento, tensionando a direção afirmada pelo projeto ético-político.

Neste contexto, Horst e Miotto (2017) fazem crítica ao familismo um dos artifícios do conservadorismo adotado nas políticas sociais, que por sinal são frutos da correlação de forças estabelecidas entre o capital e os trabalhadores, organizadas e financiadas pelo Estado numa perspectiva de universalização, mas trazem em seu bojo a desresponsabilização do Estado, prevalecendo a ideia capitalista de que a família é a única responsável pelo provimento das necessidades básicas e proteção social de seus membros. Tal concepção se apresenta de forma bastante superficial no que diz respeito as questões sociais apresentadas como resultado das condições de precarização e pobreza advindas do capitalismo e seus desdobramentos.

Afirmam, ainda, que a relação entre política social e famílias, nesta perspectiva, dependendo da compreensão que se tem de ambas as instituições, trata-se de uma confluência perversa, visto que o que se legitima atualmente no trabalho social nas políticas públicas é a tendência de culpabilizar as famílias sem análise profunda das condições objetivas de vida por elas vivenciadas, longe da possibilidade de desvendamento da realidade como forma de luta.

Na mesma vertente Jacinto e Oliveira (2017) alertam sobre a necessidade de se compreender, na perspectiva de totalidade, a centralidade da família na Política de Assistência Social, ressaltando a necessidade de não se perder de vista que a família se encontra inserida em um contexto sócio-histórico e econômico no qual estabelece relações e expressa conflitos existentes na sociedade, devendo ser entendida como classe trabalhadora.

Contextualizam a Política de Assistência Social em sua trajetória trazendo reflexões acerca da questão da centralidade da família, seus desafios e as possibilidades de potencialização do trabalho profissional na vertente emancipatória.

Discutem o aprofundamento das desigualdades sociais, com o Estado muito mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, e o quanto recai sobre as famílias a responsabilidade em subsistirem às regras do mercado.

Diante do exposto ressaltam:

É fundamental não se perder de vista, no entanto, que a pobreza é resultante do modelo econômico, adotado pela sociedade da exploração, acumulação e não redistribuição. Neste contexto é que se situa o trabalho do assistente social, profissional requisitado a atuar nas expressões da questão social. Cada vez mais, o assistente social é convocado a atuar junto aos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, para contribuir na necessária redução das desigualdades socioeconômicas, por meio de viabilização de serviços, benefícios, programas sociais, laudos, pareceres, avaliações sociais, a partir de estratégias, ações e instrumentos. É a partir da legitimidade profissional que o assistente social, através da mesma ação de responder às requisições institucionais, pode favorecer os interesses da classe trabalhadora. Trata-se de reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida. (Jacinto; Oliveira, 2017, p. 2015)

Apoiadas em Marx apontam para a importância de que trabalho dos/as assistentes sociais esteja voltado para a emancipação humana, uma vez que nos limites das políticas sociais, a perspectiva é a da emancipação política apenas. Entendem que o/a assistente social em seu trabalho profissional, contraditoriamente aos valores capitalistas destrutivos dos seres humanos, pode contribuir com a articulação dos trabalhadores/usuários entre si, com seus organismos de representação e/ou com os movimentos e lutas sociais, vinculando as demandas individuais às demandas coletivas.

4. DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL - PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Ao discurtir-se sobre a dimensão educativa do Serviço Social imprescindível retomarmos a constituição do Serviço Social enquanto profissão, visto que o mesmo constitui-se de três dimensões indissociáveis e interrelacionais: teórico metodológica, ético política e técnico operativa. Desta forma a dimensão educativa do Serviço Social com foco na perspectiva emancipatória materializa-se na transversalidade com todas elas.

É uma dimensão inerente ao Serviço Social ao considerarmos o/a assistente social como intelectual orgânico⁶, tem papel essencial visto que exerce função eminentemente educativa e organizativa, o qual adota determinado perfil pedagógico, na vertente conservadora ou emancipatória em sua prática profissional, com vistas a garantir a manutenção da ordem capitalista ou fortalecer a classe trabalhadora na busca pela liberdade, emancipação humana ou garantia de direitos sociais.

Com base em Jacinto (2017), propõe-se elucidar a dimensão educativa na concepção emancipatória, na qual entende-se necessário fortalecer a luta e resistência da classe trabalhadora através de ações concretas comprometidas com as classes populares, que favoreçam a solidariedade, a liberdade, a autonomia e posicionamento crítico ao analisarem e explicarem as relações de vida social, ou seja o trabalho profissional do/a assistente social deve estar embasado no compromisso ético político em contribuir com construções dialógicas, coletivas, mobilizadoras, participativas, para que de fato contemplem as lutas e reivindicações identificadas e expostas pela classe trabalhadora.

Ressalta-se que nesta lógica é essencial o reconhecimento do trabalho profissional voltar-se à emancipação humana⁷, ainda que a realidade seja constituída e permeada por antagonismos como afirma (Yasbek, 1993), visto que se por um lado se reproduzem a lógica e discurso ideológico dominante, do outro existe a possibilidade de luta, resistência, emancipação do homem na busca pelo protagonismo histórico.

Voltando-se ao trabalho social no âmbito da política de assistência social, Torres (2016) alerta quanto ao equívoco em torno do entendimento de que a ação educativa

⁶ Concepção Gramsciana

⁷ Concepção Marxiana

se resume em “ensinar pessoas a enfrentar e superar a situação de pobreza em que viviam /vivem”, reforçando traços conservadores.

Explica que na verdade a proposta do trabalho traduz a intenção de contribuir com mudanças nos modos de viver, a partir de reflexão, possibilidade de escolhas, acesso para decidir sobre os caminhos a serem adotados pelos usuários dos serviços, sendo este o verdadeiro sentido da segurança de autonomia a ser afiançada no SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A autora reforça a importância da escuta nas instâncias dos serviços como estratégia de estabelecer vínculos de confiabilidade, respeito, segurança. Para ela a escuta implica movimento e compromisso de quem ouve com quem fala. Traduz a possibilidade de reflexão e elaboração de quem fala na construção de respostas e soluções para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais, para tanto menciona as contribuições freirianas ao trabalho social.

Ter Paulo Freire como referência traz em si diversos significados e ressignificações ao se discutir trabalho social com famílias no PAIF (Serviço de Proteção Integral à Família), dada sua importância e relevante contribuição ao Serviço Social tanto no tange aos movimentos sociais quanto na Educação Popular.

4.1. TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PAIF

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2016) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009, p.13 a 15), o PAIF consiste:

[...] no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.
(Resolução CNAS nº 109/2009, p.13)

É ofertado no CRAS (unidade pública estatal), responsável pela organização da oferta dos serviços da Proteção Social Básica no território.

O Serviço se materializa através de ações individuais (acolhida, ações particularizadas, encaminhamentos) e coletivas (oficinas com famílias e ações comunitárias) que precisam ser implementadas de forma articulada e requerem

planejamento e avaliação.

De acordo com sua regulamentação possui caráter “antecipador” à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, com vistas à proteção social e o desenvolvimento de potencialidades a partir da identificação e fortalecimento dos recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, participação social, sociabilidade e redes sociais de apoio, bem como dos territórios onde vivem.

Destaca-se a relevância das ações de caráter coletivo com foco nos vínculos familiares e comunitários.

As ações coletivas visam promover o diálogo, a troca de experiências e valores, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade.

Na medida em que as “Oficinas com Famílias” e as “Ações Comunitárias” suscitam a reflexão sobre vulnerabilidades, riscos ou potencialidades das famílias e agregam diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum, essas ações passam a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projetos coletivos e o protagonismo da comunidade.

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. **AQUISIÇÕES DOS**

USUÁRIOS: SEGURANÇA DE ACOLHIDA:- Ter acolhida suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;- Receber orientações e encaminhamentos, com o objetivo de aumentar o acesso a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos;- Ter acesso a ambiência acolhedora;- Ter assegurada sua privacidade.

SEGURANÇA DE CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO:- Vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;- Vivenciar experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades sociais;- Ter acesso a serviços de qualidade, conforme demandas e necessidades. **SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO**

DA AUTONOMIA:- Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social;- Vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social;- Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade;- Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;- Ter

reduzido o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);- Ter acesso a documentação civil;- Ter acesso a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania;- Ter acesso a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo. (Resolução CNAS nº 109/2009, p.13-15)

Diante do exposto verifica-se que a atuação no PAIF configura-se em relevante espaço de aprendizagem e desafios no que tange à intervenção profissional para o/a assistente social diz respeito a uma seara com complexas desigualdades, exclusões e sofrimentos puljantes, mecanismos enraizados de submissões, violências escancaradas.

A sociedade em si tem apresentado cenas de horrores diariamente, perdeu-se o respeito pela vida, pela saúde e integridade das pessoas, as precárias condições de sobrevivência da maioria das pessoas passam a ser naturalizadas.

A vertente neoliberal despeja nas mulheres a responsabilidade em “aproveitarem as oportunidades” para se tornarem empreendedoras e assim garantirem o sustento de seus membros enquanto dispensa cuidados aos seus entes.

Nota-se que o familismo como expressão do conservadorismo atua de forma perspicaz no senso comum da sociedade atingindo diretamente as políticas sociais inculcando nas famílias a culpa das desproteções, injustiças, violências.

Deste modo, para que de fato o/a assistente social atue de forma a cumprir o Código de Ética e materializar o Projeto Ético Político ressalta-se a necessidade de instrumentalidade fundamentada na perspectiva crítica, pois o/a assistente social lida com pessoas (vidas) inseridas numa realidade complexa, que precisa ser analisada em sua totalidade, apreendida com profundidade, desvelada numa perspectiva capaz de elucidar as vulnerabilidades vivenciadas, sobretudo as relacionais, como produto dos aspectos sociais, econômicos e políticos construídos e reconstruídos ao longo da história, desde os primórdios de nossa colonização e que trazem ainda hoje consequências desastrosas e de muito sofrimento às famílias brasileiras.

Para além de todo esse conhecimento precisa se colocar na posição de aprendiz, como alguém que escuta, como interlocutor que profissionalmente e tecnicamente contribua com a reflexão, com a construção de novos saberes, com a proposta de transformação na realidade vivenciada, de forma autônoma, livre, autêntica sem que as tomadas de decisões sejam verticalizadas.

Entende-se que a Educação Popular consiste em relevante referencial para

atuação do/a Assistente Social nas Ações Coletivas do PAIF, como estratégia de aproximação com a realidade vivenciada pelas famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, sobretudo no levantamento de demanda e construção de conhecimentos e decisões coletivas que contribuam para a práxis social.

4.2 Educação Popular como possibilidade interventiva dialógica e emancipatória nas ações coletivas do PAIF – Contribuições de Paulo Freire

Ao reconhecermos a Educação Popular freiriana como possibilidade de intervenção nas ações coletivas do PAIF partimos do pressuposto de que diz respeito a uma prática político pedagógica, pois está intimamente ligada à possibilidade de abertura de novos saberes, assim como para emancipação humana e busca transformação na realidade vivenciada, ou seja não ocorre com neutralidade.

Machado (2012) ao discutir o trabalho educativo na perspectiva de educação popular cita Paulo Freire como contribuição à adoção de uma prática pedagógica que estimule a práxis social, num processo de conscientização e não alienação, provocando uma atitude crítica de reflexão “sem domesticar”, tendo como primeiro passo o diálogo.

Nessa mesma linha Jacinto (2019) alerta que se a prática perde sua essência política, não cria hegemonia, mas dependência e entende que um dos maiores desafios da contemporaneidade é fazer que a ação socioeducativa do Serviço Social resulte em formas de organização popular.

Entende que para que o diálogo seja verdadeiro, faz-se necessário um pensar crítico, visto que na perspectiva freiriana não se permite que as ideias fluam numa relação hierárquica, mas dialogada, de forma a problematizar a realidade, abstendo-se o educador de qualquer forma de manipulação.

Brandão e Borges (2008) apontam a pesquisa-ação como um dos passos da Educação Popular, pois proporciona a possibilidade de diálogo não doutrinário, processo educativo que se constrói à medida em que sem necessidade de hierarquia, livre de consensos preestabelecidos, um movimento constante de transformação.

Freire e Nogueira (1993) explicam que o conhecimento é indispensável para a luta popular, porém não sem antes percorrer o caminho da prática, ou dos corpos

humanos que estão resistindo e lutando, pois estes estão aprendendo e tendo esperança.

Este entendimento traz profundidade ao trabalho social realizado nas ações coletivas do PAIF, levando-se em consideração a importância de se respeitar a história de vida dos trabalhadores e trabalhadoras atendidas nos serviços socioassistenciais.

Mobiliza no sentido de fortalecer a participação social, reconhecer as experiências vivenciadas, respeitar escolhas, fortalecer a consciência crítica, reafirmar o compromisso de busca pela justiça social, dissipar qualquer forma de preconceito e discriminação, lutar pela democracia e dignidade humana através do diálogo, conhecimento e ação.

5. Entre olhares e saberes: perspectiva dos sujeitos

Para melhor desenvolvimento do grupo focal optou-se por um roteiro com temas a serem discutidos com os entrevistados com a finalidade de garantir que o foco fosse mantido e que os participantes pudessem discutir livremente sobre os assuntos pretendidos.

A seguir apresentamos tais temas com algumas falas, sem identificação dos sujeitos para resguardar o sigilo e a confiabilidade dos dados:

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DO PAIF NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NAS AÇÕES COLETIVAS NO ALCANCE DA PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Necessidade de capacitação específica.

Será que não é momento agora de chamar uma pessoa especialista para conduzir? “ Sou nova, não me sinto competente o bastante... (Margarida)

E eu articulo sim, porque os temas são delicados, a gente lida com vários temas, né? Então, eu sempre procuro que tenha alguém que entenda daquele assunto pra estar passando essa mensagem que a gente quer passar. Olha até no YouTube, no Google, você consegue alguns materiais e você pode fazer uma introdução, você pode começar esse trabalho, mas num momento de uma explicação mais consistente, você precisa de alguém que saiba aquele assunto. E eu faço articulação, só que eu faço sempre com uma rede. É importante isso. Eu acho que quando a gente articula com rede, a gente fortalece território geral. (Violeta)

A gente também não pode trazer uma pessoa que vai falar uma linguagem especificamente teórica, metodológica, que vai falar isso. (Rosa)

Espaço físico e estrutural insuficientes

Às vezes a roda de conversa embaixo da árvore funciona muito mais que com uma sala específica. Quando a gente articula essa questão de rede e pares. (Violeta)

Não temos muito espaço, daí articulamos , na própria comunidade. (Jasmim)

Falta de Participação das famílias

Eu não coloco a pandemia muito como marco porque mesmo antes da pandemia a gente já tinha dificuldades, tá? Não adianta dizer que não. (Jasmim)

Antes tinha mais participação a diferença é que naquela época existia o renda cidadã e que elas vinham em massa por conta do benefício e hoje não temos mais. (Margarida)

Então o que mudou foram os programas que a gente acompanhava antes que hoje não temos mais. Não é só pela pandemia, não. Porque mesmo se eu tentar fazer com eles uma atividade online, vamos supor que eu consiga, que todos consigam a internet, eles também não vão participar. Então eu acho que essa participação vai além do presencial. (Jasmim)

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS (TEORIAS, CONCEPÇÕES, MÉTODOS) QUE ORIENTAM AS AÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO PAIF NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS À PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS?

Não mencionaram explicitamente.

INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS ADOTADOS PELOS PROFISSIONAIS DO PAIF NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS À PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

No meu caso, que eu tenho um grupo PAIF, eu procuro definir, mas eu pergunto pra elas a opinião delas, o que elas estão precisando, o que elas estão sentindo no momento, o que elas têm falta, pra tentar fazer uma articulação ou tocar naquele tema que elas estão precisando, né? Então seria meio que entre mim e as famílias que eu acompanho. Uma coisa um pouco mais particular, né? Uma roda de conversa, porque é um grupo que a gente acompanha, então você sabe a situação de cada uma, então é bem mais particular. (Jasmim)

Já no grupo geral, que seriam os coletivos, a gente sempre procura os temas que a própria Secretaria tem, que a gente recebe todo ano, no planejamento. Então a gente procura, que nem agora, no Dia da Mulher eu fiz um convívio, a gente fez uma oficina. (Jasmim)

Eu levo o tema, faço em roda de conversa, porque é o que funciona, eles gostam de expor, idosos gostam de expor, de falar, de se colocar, de contar experiências, só que dentro desse tema que eu levo, surgem outros, e aí eles vão propondo para que nos próximos encontros a gente vai falando pra não misturar tudo naquele encontro, falar sobre todos os assuntos a gente vai definindo o que fala durante as tratativas, durante o período e é o único que eu estou. (Violeta)

A gente tentou várias vertentes, vários jeitos. Fazer o grupo que em todos os CRAS tem, que é o de benefício eventual. Não conseguimos lá. Não tem frequência. Então foi uma coisa que funcionou. Mas foi um acompanhamento. Informativos. (Margarida)

A gente faz isso , a gente conversa, a gente tem esse processo, a gente passeia, a gente sai, a gente teve alguns passeios externos em parceria com a van, então a gente conseguiu fazer ações no Jardim Botânico, a gente fez ação no SESC e a gente conseguiu fazer algumas ações específicas nesse contexto. (Violeta)

Tivemos usuárias que fortaleceram vínculos com o filho, que não tinha relação há muitos anos. Ele não conseguia falar com o filho. Então, através de mecanismos de estratégia, a gente foi trabalhando essas pormenores na vida dessas pessoas. Então, ali era o momento da gente conversar, dialogar, a gente pontuar. E as meninas conseguiram ter uma alteração de rota, que era esse objetivo. Não são grandes alterações. São, inserir no curso profissionalizante, dar uma finalização num casamento que era abusivo, buscar novas soluções, se inserir novamente no mercado de trabalho. (Margarida)

E daí, nesses últimos anos, é claro que eu tive a minha parceira, uma psicóloga, a gente fez um coletivo, um grupo de família, que iam pais, mães, mãe solo, que já haviam perdido o padre-poder, não tinham

mais a criança, ou então que estavam com a criança em situação de apagamento, ou na fundação casa, ou algum risco disso acontecer. E esse grupo era extremamente rico, porque a gente desconstruía esse negócio de família de uma forma que era assustadora até para as pessoas, porque elas iam preparadas por um sofrimento de não estar com seus filhos e a gente ia lá atrás com essa obrigatoriedade de ser mãe ou de ser pai, se isso foi planejado ou não foi planejado, e o quão elas poderiam se perdoar. (Orquídea)

Então, eu resolvi propor uma metodologia que algumas temáticas da juventude fossem trabalhadas pelo serviço de convivência com as pautas políticas. Eu e a cidade, direito à cidade, eu e meu corpo, meu corpo e minhas regras, daí entra a sexualidade e tudo mais, uso de álcool e drogas, Tudo isso que vai permeando assim a adolescência, a juventude, o serviço trabalhava semanalmente e dentro disso foi uma proposta para que o psicólogo e o assistente social saíssem da sua sala e fosse fazer grupo junto com os educadores e depois a gente juntaria tudo isso em alguma linguagem artística uma vez por mês em um encontro. (Orquídea)

O QUE PENSA SOBRE A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO COM FAMÍLIAS NAS AÇÕES COLETIVAS DO PAIF? EXISTE RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR? SE SIM, COMO VÊ ESTA RELAÇÃO?

Quando eu comecei a trabalhar, eu tive que fazer essa busca porque não tinha muito sucesso nesses contextos. Então, o que eu fui me embasando? Eu me embasei muito pela Organização Nacional das Nações Unidas. Eu busquei informações em coletivos de mulheres existentes pela internet. Então, a gente foi buscando desses contextos. Eu acho que a base educativa que a gente tem, a gente trabalha muito com esse movimento de comunidade. (Margarida)

Acho que a gente utiliza algumas estratégias, acho que você informou muito as estratégias que a gente usa, eu acho que música, filmes, mas assim, algo específico, olha, o serviço social preconiza isso e eu não sei se eu não procurei direito, mas eu não achei nada que contemplasse as minhas angústias. (Violeta)

Baseando no que já existe, me baseio, me procuro muito no que já existe, e em materiais de contexto geral. (Rosa)

Eu acho que a acolhida, o trabalho social nos coletivos, fortalecimento de território, participação social, Quando a gente fala, busca tanta gente, um dos veículos do nosso trabalho é a participação social, mas como a gente faz isso? (Margarida)

Sim, somos educadores sociais. Eu acho que é a capacidade da gente refletir. Visão de mundo. De participação social. (Rosa)

Considerações acerca do Grupo Focal

Ao observarmos e participarmos da discussão do grupo focal evidenciou-se como desafio a necessidade de capacitação específica e continuada no que se refere a temática sugerida, devido a lacuna demonstrada na pesquisa entre os aspectos teórico-metodológicos e a intervenção técnico operativa na atuação do/a assistente social nas ações coletivas em geral, sobretudo com foco na Dimensão Educativa do Serviço Social e a Educação Popular.

Dentre os participantes, dois demonstraram insegurança, inclusive sugeriram que deveria ter profissionais específicos/oficineiros capacitados para assumirem a coordenação dos grupos com famílias.

Outro ponto importante a se considerar é que efetivamente há pelo menos dois dentre os CRAS existentes em que apenas o/a psicólogo/a executa ações coletivas, o que ocasionou abstinência de profissionais na participação da pesquisa, mesmo sendo o Serviço Social, uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho pautada nas relações sociais sobretudo com intervenção em âmbito coletivo.

Neste mesmo aspecto verificou-se nítida preocupação da maioria dos profissionais entrevistados quanto ao reconhecimento da potencialidade do trabalho coletivo, e fazem questão de realizá-lo, ainda que sintam necessidade de articulação com profissionais de outras áreas, o que traz uma análise positiva a respeito desta carência identificada, tendo em vista que o trabalho social no SUAS/PAIF realmente organiza-se de forma interdisciplinar entre profissionais de diversas áreas.

Neste sentido entendemos que existe uma certa interferência na gestão do trabalho nesta perspectiva e nesta prática, visto que no Município de Bauru priorizam-se e se realizam apenas contratações de profissionais de nível superior (Assistentes Sociais e Psicólogos), não havendo ainda diversidade e a experiência em mesmo local com profissionais com outras formações, apenas ocorrendo esporadicamente através de estabelecimento de articulações e parcerias com outros órgãos a partir da iniciativa dos próprios assistentes sociais.

A maioria apresentou como outro desafio para a realização das ações coletivas espaço físico e estrutural insuficientes. Entendem que esta situação enfraquece o trabalho coletivo, visto que ao articularem outros locais ainda que no mesmo território dificulta a participação das famílias, por questões de distância, incerteza na

viabilização de transporte tanto por parte dos/as assistentes sociais quanto por parte dos usuários, além de trazer descrédito ao trabalho.

Em relação a participação das famílias nas ações coletivas consideram baixa, porém não reconheceram que os resquícios da pandemia seja o fator determinante. Acreditam que tem muito mais relação com o tipo de ação do que propriamente com a nova cultura de ações online incorporada a partir do isolamento devido covid19.

Mencionam que os grupos informativos, geralmente os vinculados a algum benefício, como sendo os com maior participação, ainda que tímida, em detrimento às oficinas, que por sinal não foram descritas entre os instrumentais ou estratégias utilizadas.

Quanto aos referenciais teórico-metodológicos (teorias, concepções, métodos) que orientam as ações dos profissionais do PAIF no trabalho social com famílias nas ações coletivas voltadas à proteção e garantia dos direitos sociais, não foram mencionados explicitamente. Houveram relatos quanto à realização, em vários grupos, de roda de conversa, eventos comunitários, discussão sobre campanhas preventivas, segurança alimentar, trabalho e renda entre outros de caráter informativo.

Quanto à articulação no território evidenciaram que procuram manter articulação contínua com a rede como um todo, em especial com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executados em parceria com o terceiro setor. Outro fator relevante é o fato de apenas os serviços tidos como obrigatoriamente públicos estatais serem executados de forma direta, todos os demais serviços e programas são executados pelas Organizações da Sociedade Civil através de parcerias estabelecidas por meio de chamamento público.

Salienta-se que em todas as falas, em diversos pontos evidenciaram prioridade no respeito às diversidades, à justiça social, à equidade, à democracia, ao reconhecimento das desigualdades vivenciadas cotidianamente pelas famílias, a busca pela garantia dos direitos sociais.

Não houve menção direta sobre dimensão educativa do Serviço Social, na perspectiva da emancipação humana, nem associação à educação popular como possibilidade viável ao alcance dos objetivos das Oficinas do PAIF, no que tange ao diálogo, reflexão, conhecimento, libertação, práxis, transformação. Embora tenham levantado, ainda que de forma geral, elementos pertinentes em suas falas como

assistentes sociais enquanto educadores sociais, diálogo com as famílias, capacidade de reflexão, visão de mundo, participação social, fortalecimento de território.

Assim, concluiu-se através do grupo focal a necessidade de aprimoramento das equipes, maior referenciamento teórico-metodológico e técnico operativo, além de apoio da gestão no sentido de proporcionar maior entrosamento das equipes, fomentar grupos de estudos com os temas que permeiam o trabalho social no PAIF de forma contínua, favorecer a construção coletiva de produção de conhecimento, metodologias, estratégias com foco na mobilização social, educação e participação popular.

Por outro lado faz-se necessário que também os/as assistentes sociais se reconheçam enquanto sujeitos e pertencentes a este processo pedagógico, não como alguém que transfere conhecimentos, mas aquele que também aprende com as experiências trazidas pelos usuários dos serviços, que esteja comprometido com as demandas da classe trabalhadora, que possam também refletir sobre os desafios enfrentados cotidianamente em seus espaços ocupacionais, que busque uma ruptura com as práticas conservadoras e que possa contribuir com o alargamento da proteção social e garantias de direitos tendo como base o projeto ético político da profissão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou aprofundamento teórico acerca da Dimensão Educativa do Serviço Social e da Educação Popular e suas interfaces com a instrumentalidade do Serviço Social e a práxis transformadora no trabalho social com famílias nas ações coletivas do PAIF.

Com base em autores como Marx, Yamamoto, Guerra, Faleiros, Boschetti, Torres, Barroco, Jacinto, Mota, Miotto, Freire dentre tantos outros foi possível revisitar e apreender produções indispensáveis para melhor fundamentação teórica e análise dos dados qualitativos da pesquisa.

Também favoreceu a apreensão de que a dimensão educativa, enquanto elemento constitutivo do Serviço Social, não se apresenta de forma isolada, mas em permanente inter-relação com as demais bases que estruturam a profissão – a dimensão teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política. Tal articulação revela a unidade dialética entre fundamentação teórica, instrumentalização prática e compromisso ético, assegurando a coerência do projeto profissional e orientando a prática para além de ações imediatas, em direção à formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

Ao exercer a função pedagógica o/a assistente social assume em seu cotidiano profissional perfis pedagógicos que norteiam sua intervenção, seja através de postura conservadora ou emancipatória.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho que tem sua historicidade, vinculada aos eventos e ideologias que perpassam a história da humanidade na relação consigo mesma, com a natureza e a sociedade. Deste modo sofre influências diretas do sistema político, econômico e social estabelecidos ao longo do tempo.

No caso do Brasil, sendo este capitalista, muitos são os conflitos enfrentados pelo/a assistente social, já que o projeto ético político que direciona a profissão se posiciona em sentido antagônico às exigências do mercado e da omissão do Estado diante das desigualdades e precariedades vivenciadas pela grande maioria da classe trabalhadora.

Assim, pode-se dizer que o/a assistente social ao se colocar como educador social numa perspectiva solidária, libertadora e emancipatória contribui para uma

sociabilidade de enfrentamento à ordem societária dominante e todos os seus desdobramentos. Coloca-se numa condição de “estar junto”, “compartilhar”, “construir coletivamente” com os seus usuários autonomia, no sentido de garantia de direitos, de escolhas, de opção por determinados caminhos diante de situações complexas e contraditórias vigentes em nossa sociedade.

Ao analisarmos os preconceitos, as desigualdades, injustiças, intolerâncias, falta de acesso aos serviços e bens públicos, as violências e violações de direitos vivenciadas cotidianamente pelas famílias usuárias da política de assistência social, vislumbramos na Educação Popular de Paulo Freire estratégia viável e potente, no sentido de educação pedagógica e política. Diz respeito a estabelecer relações dialógicas, horizontais, educativas no sentido de problematização de situações, reflexiva e libertadora. Tais características podem ser alinhadas intimamente com os objetivos do PAIF nas ações coletivas, ao se estabelecer saberes coletivos, dialógicos, na busca por transformações concretas com demandas advindas especificamente da classe trabalhadora, não de forma opressora, mas libertadora.

A pesquisa de campo contribuiu com relevantes questionamentos, possibilitou conhecimento da realidade vivenciada pelos participantes da pesquisa, incluindo a própria pesquisadora. Deixou evidente o quanto se é necessário aproximar a instrumentalidade das demais dimensões constitutivas do Serviço Social, também trouxe à tona a necessidade de educação permanente junto aos trabalhadores do SUAS/PAIF, o quanto muitas vezes são sufocados pelas tarefas administrativas e burocráticas, bem como o quanto ainda se tem apego às práticas focalizadas, particulares e informativas. Evidenciou -se ainda a necessidade do engajamento político dos/as assistentes sociais em favor da classe trabalhadora, rompendo com os resquícios dos traços conservadores e veementemente familistas.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 593-608. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em 12/02/2025

ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Neves; SANTOS, Clara Cruz. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Metodologias Qualitativas de Pesquisa em Serviço Social**. 23 ed. Recife: UFPE, 2013. Acesso em <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/437/447/1320?inline=1> 02/12/2023

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº124, p. 623-636, out-dez. São Paulo, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. **CapacitaSUAS, caderno 3. Vigilância Socioassistencial**: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. 1. ed. Brasília: MDS/PUC-SP, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/CapacitaSUAS_Caderno_3.pdf acesso em 12/02/2025

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** - LOAS. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ALTERADA PELA Lei 12.435 de 06 de julho de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm . Acesso em : 10 dez. 2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepc_ao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024

BRASIL. **Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 28 out. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 12/02/2025.

BRASIL. **Resolução CNAS 109/2009** .Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Aprova **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf Acesso em 11 jun. 2025

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=4868> Acesso em 11 jun.2025.

BERNDT, Dulce Pinheiro **A Dimensão Pedagógica no trabalho da Assistente Social: entre os limites e possibilidades de desenvolvimento de práticas emancipatórias na Política de Saúde.** UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, 2022. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000e7/0000e7ef.pdf> . Acesso em 01 de jul. 2025

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: **O espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **A priorização da família na agenda da política social.** In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). Família brasileira: a base de tudo. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF: CEAD/UnB, 2009. Disponível em: https://www.poteresocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/. Acesso em: 30 jun. 2024.

CORDEIRO, Euzane Maria; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SAAD, Núbia dos Santos. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de**

dados numa investigação qualitativa? Cadernos da FUCAMP, v.19, n.41, p. 1-13, 2020.

COUTO, Eduardo Luis. TORRES, Mabel Mascarenhas. **O Exercício Profissional e a reflexão teórica e Metodológica sobre o Serviço Social na atualidade: um debate necessário.** In: Vade Mécum – Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social. Org. AMARO, Sarita. CRAVEIRO, Adriéli Volpato. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Serviço Social e a sociedade: o contexto da crise.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XrdJnS7BXrFDxY4V3mG6yqj/>

FALEIROS, Vicente de Paula. **Serviço Social no cotidiano: fios e desafios.** In: Vade Mécum – Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social. AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato, Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). Disponível em:
<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>.
 Acesso em: 2 fev. 2025.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer – Teoria e prática em educação popular.** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som.** 7ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2008.

GUERRA, Yolanda. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** In: *Libertas*, v.2, n.2, jul-dez/2002, Juiz de Fora/SP. Acesso em
<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf> 02/12/2023

GUERRA, Yolanda. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária.** In: *Projeto Ético Político do Serviço Social: Contribuições à sua Crítica.* Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?** *Revista Em Pauta: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 228-246, 2º sem.

2017. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060>. Acesso em: 17 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na cena contemporânea**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 15-54. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em 12/02/2025.

IAMAMOTO, Marilda. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetória e desafios. Conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf> Acesso em: 17 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

JACINTO, Adriana Giaqueto. **Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico**. Revista Katálysis, Florianópolis: Edufsc, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26/06/2025.

JACINTO, Adriana Giaqueto. **Dimensão Educativa e Serviço Social: A contribuição da Educação Popular de Paulo Freire para o trabalho do/a Assistente Social**. In: Estratégias e Problematizações no Trabalho Social: O fazer profissional e a dimensão educativa. Curitiba: Editora CRV, 2019.

JACINTO, Adriana Giaqueto; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **O trabalho do (a) assistente Social com famílias na Política de Assistência Social: a perspectiva da Emancipação Humana**. In: Famílias e Direitos na contemporaneidade. (Org.) JACINTO, Adriana Giaqueto *et al.* Franca: UNESP-FCHS, p. 207-2020, 2017.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; PAULA, Renato Francisco dos Santos (org.). **O futuro da assistência social e a assistência social no futuro: contexto de crise e desafios pós-pandemia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2024/05/O-FUTURO-DA-ASSISTENCIA-SOCIAL-online.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.** Serviço Social e Sociedade. N.9, p.151-178, jan/mar.2012.

MADUREIRA , Bernadete Elane Lopes. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 3, n. 2, 2015. DOI: 10.14393/REPOD-v3n2a2014-30290. Disponível em:

MARCONI, Marina de Andrade Marconi. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia de Pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um caminho para a intervenção profissional.** In: O Social em questão. N.19. Ano XI. São Paulo: UC, 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. NUNES, Renata. MORAES Patrícia Macarini. HORST, Claudio Henrique Miranda. **O familismo na política social: com as bases da formação sócio-histórica brasileira.** XVI ENPESS – Eixo Política Social e Serviço Social. Subeixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo. UFES, 2018. Acesso em **v. 1 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** acesso em <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938> 05/10/2023.

MOTA, Ana Elizabete.(org.) **O mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

OLIVEIRA, Soraya Magalhães Pelegrini de. – **Processos de trabalho e a dimensão educativa do trabalho do assistente social.** In: Vade Mécum. AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato, Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho.** *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200006>. Acesso em: 13 fev.2024.

PRATES, Jane Cruz. **O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social.** *Revista Temporalis*, n. 9, ABEPSS, Brasília, 2006.

PRATES, Jane Cruz. **O planejamento da pesquisa.** *Revista Temporalis*, n. 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

RODRIGUES, Eutália Barbosa; CAVALCANTE, Itanamara Guedes. *Projetos emancipatórios, lutas sociais e agenda política no SUAS.* In: **O futuro da assistência social e a assistência social no futuro : contexto de crise e desafios pós-pandemia /** Márcia Helena Carvalho Lopes, Maria Luíza do Amaral Rizzotti e Renato Francisco dos Santos Paula (orgs) – São Paulo : Fundação Perseu Abramo ; Hucitec, 2023.São Paulo: Hucitec; Fundação Perseu Abramo; Instituto Lula, 2023.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> acesso em: 16 mai.2025

SOUZA Jamerson. Murilo Anunciação de. **Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social.** In: Vade Mécum –AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato, Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

TAKASHIMA, Geny M. Karazawa. **O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis — uma questão de postura.** In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo.* 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010

TORRES, Abigail Silvestre. **Convívio, Convivência e Proteção Social – entre relações, reconhecimentos e política pública.** São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, 2016.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo.** *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 202–227, 2009. DOI: 10.5433/1679-4842.2009v12n1p202. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060>. Acesso em: 17 set. 2023.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **O exercício profissional e a reflexão teórica e Metodológica do Serviço Social na atualidade.** In: Vade Mécum –AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato, Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** –Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf> Acesso em: 17 set. 2023.